



Bial Keeping
life in mind

RELATÓRIO
& CONTAS
2025

ÍNDICE

ÍNDICE

VISÃO, MISSÃO & VALORES	3
RECURSOS HUMANOS	3
BIAL NO MUNDO	4
INDICADORES CHAVE	5
1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL	5
2. ESTRATÉGIA BIAL	7
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
4. SUSTENTABILIDADE	12
5. PERSPETIVAS PARA 2026	12
6. FACTOS SUBSEQUENTES A 2025.12.31	13
7. RESULTADOS DO EXERCÍCIO	13
8. ANEXOS	14
I. BALANÇO	15
II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	16
III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	17
IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	17
V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	18
1. Introdução	18
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	18
3. Principais políticas contabilísticas	18
4. Fluxos de Caixa	32
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	33
6. Imposto sobre lucros	33
7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos)	34
8. Imparidades (Ativos correntes)	38
9. Outros créditos a receber	38
10. Clientes	38
11. Estado e outros entes públicos	39
12. Diferimentos e acréscimos	39
13. Financiamentos obtidos	39
14. Fornecedores	40
15. Outras dívidas a pagar	40
16. Capital Subscrito	40
17. Vendas e serviços prestados	40
18. Subsídios à exploração	40
19. Demonstração da variação da produção	40
20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas	41
21. Fornecimentos e serviços externos	41
22. Gastos com o pessoal	42
23. Outros rendimentos	42
24. Outros gastos	42
25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões	43
26. Juros e rendimentos/gastos similares	43
27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)	43
28. Investimentos em investigação e desenvolvimento	43
29. Saldos e transações com empresas do grupo	44
30. Locações	45
31. Risco Financeiro	45
32. Sustentabilidade	46
33. Garantias prestadas	47
34. Acontecimentos após a data do balanço	47
35. Divulgações exigidas por diplomas legais	47
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	49
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	50

VISÃO, MISSÃO & VALORES

A Nossa Empresa

A Bial é uma empresa familiar com uma história de mais de 100 anos, **dedicada ao bem-estar dos doentes**.

A nossa ambição apoia-se em fortes convicções. A Bial pretende ser uma empresa eficiente e ágil, com os pés bem assentes na terra, valorizando a inovação sem perder o seu espírito, aspirando a deixar a sua marca à escala global.

A nossa imaginação segue a par do progresso. O sonho da Bial é que os doentes de todo o mundo possam confiar nas nossas inovações. Focamo-nos na criação de avanços científicos que possam curar doenças ou atrasar a sua progressão, adaptando-nos simultaneamente às mudanças em curso no panorama global dos cuidados de saúde.

Keeping life in mind é o nosso lema.

O Nosso Propósito

Ser parceiros na vida: desenvolvendo a ciência, transformando todas as vidas que tocamos.

A Nossa Missão

Alcançar a excelência científica, principalmente nas neurociências e nas doenças raras, disponibilizando medicamentos transformadores que promovam o bem-estar dos doentes.

Os Nossos Valores

«Bialer» é como que o nosso apelido. Representa um sentimento de pertença, de orgulho e de trabalho de equipa, unidos pela nossa dedicação à inovação focada nas pessoas, na saúde e na excelência.

Belonging | Pertença - Promovemos um sentimento de pertença e orgulho, trabalhando em equipa.

Innovation | Inovação - Cultivamos uma visão de futuro e abraçamos ideias arrojadas.

Agility | Agilidade - Abraçamos a mudança e adaptamo-nos a novos desafios.

Life-oriented | Orientados para a vida - Colocamos os doentes em primeiro lugar, contribuindo para um mundo mais sustentável e equitativo.

Excellence | Excelência - Vamos mais além para construir uma cultura de alto desempenho e garantir a mais alta qualidade dos nossos produtos.

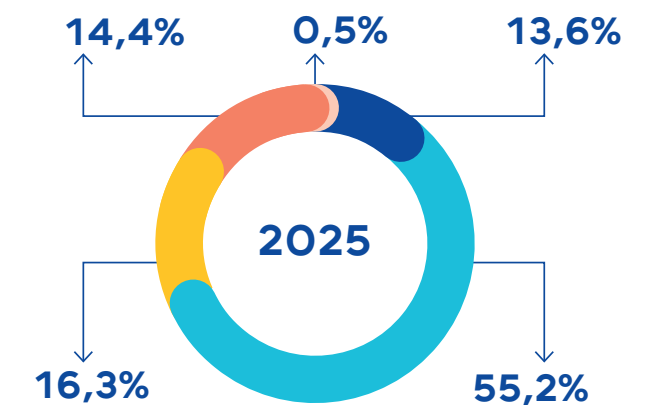
Respect | Respeito - Abraçamos os Valores Universais, promovendo um ambiente inclusivo, diverso e guiado pela integridade.

RECURSOS HUMANOS

Distribuição por género

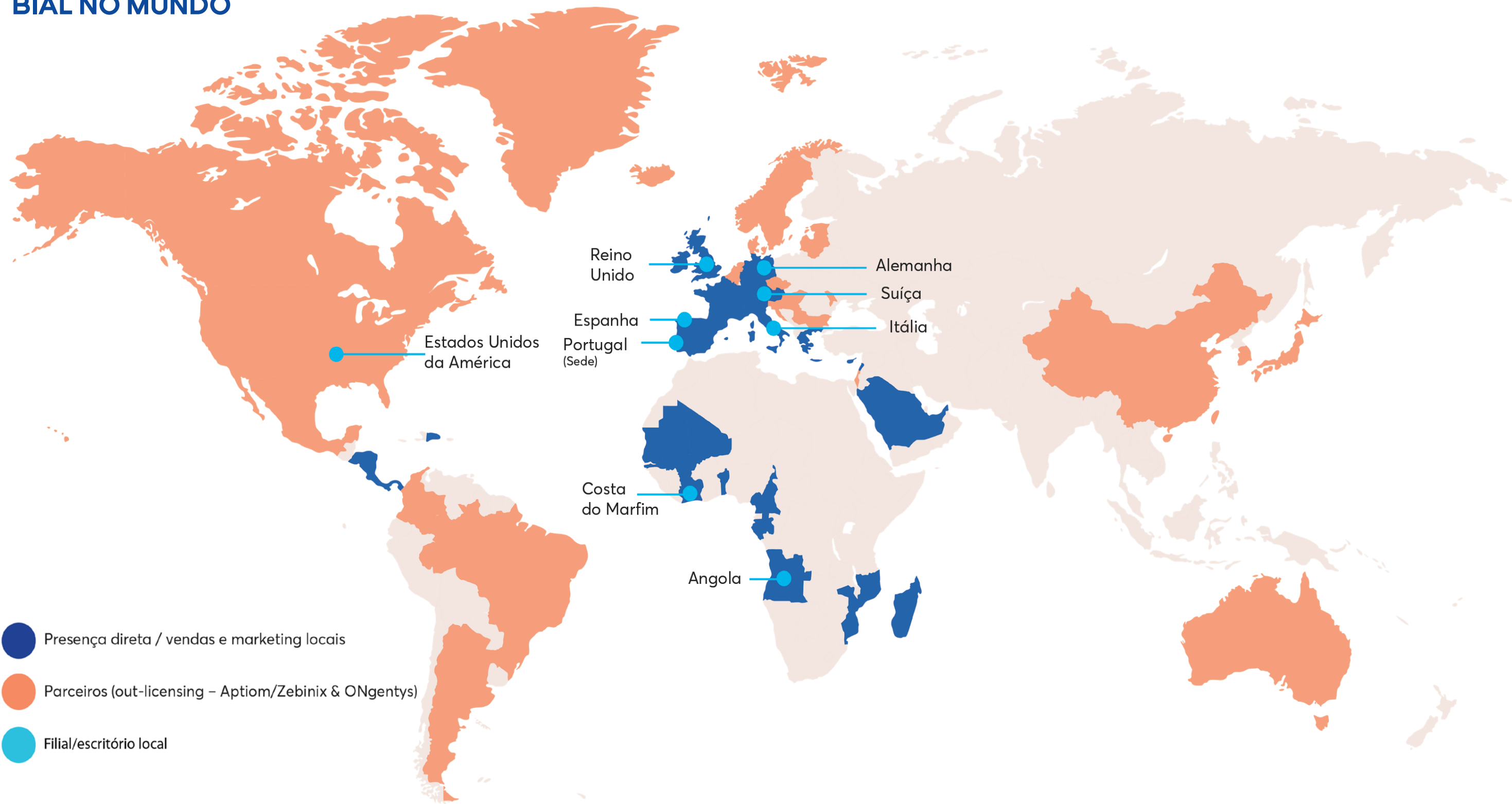


Habilitações literárias

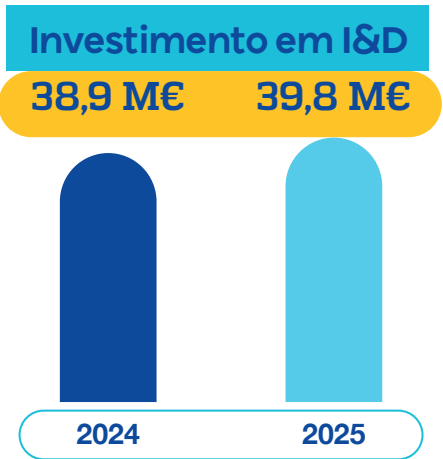
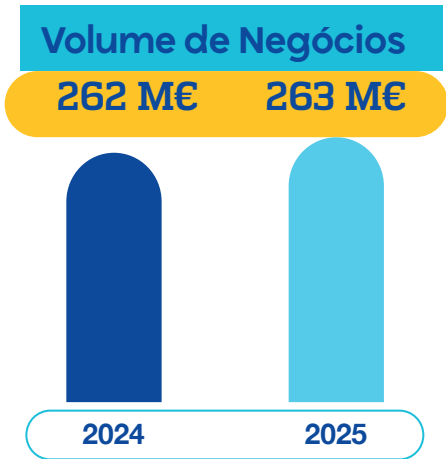


● PhD ● Mestrados ● Licenciados
● Ensino Secundário Completo ● Ensino Secundário Incompleto

BIAL NO MUNDO



INDICADORES CHAVE



*n colaboradores GRUPO BIAL



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

2025 assumiu-se como um ano particularmente relevante para a Bial. A revisão do nosso propósito, missão e valores representou mais do que um exercício estratégico: constituiu uma afirmação clara da nossa identidade enquanto organização.

Mantemos o compromisso de colocar os pacientes no centro da nossa atuação, promover ciência de excelência e desenvolver parcerias sólidas que contribuam para melhorar a saúde e a qualidade de vida, no presente e no futuro. Esta reflexão estratégica reforçou, igualmente, uma visão orientada para o longo prazo e a ambição de gerar um impacto duradouro na vida das pessoas e na sociedade.

Ao longo das últimas décadas, a Bial tem-se afirmado como uma empresa farmacêutica internacional de base inovadora, evoluindo de um modelo centrado na comercialização para uma abordagem integrada que abrange a investigação, o desenvolvimento, a comercialização e licenciamento de medicamentos inovadores. Atualmente, opera, de forma direta ou através de parcerias, em alguns dos principais mercados globais da saúde. Este percurso traduziu-se numa organização mais diversa, mais global e cada vez mais orientada para as necessidades dos doentes.

Neste contexto, tornou-se natural a evolução da nossa essência - propósito, missão e valores - também refletida na identidade, na imagem da empresa e na forma como nos apresentamos ao mundo. Esta transformação afirma uma cultura organizacional mais moderna, ágil, aberta e colaborativa, assente na valorização das pessoas e no fortalecimento de relações de parceria.

A nova identidade da marca Bial e a renovação da narrativa core da empresa, concretizadas em 2025, reconhecem a singularidade que nos distingue, traduzem a realidade presente e estabelecem, de forma clara, a ambição que orienta o nosso futuro.

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL

Bial - Portela & Cª, S.A. tem como atividades principais a investigação e o desenvolvimento de novos medicamentos, a produção, comercialização e a divulgação científica dos medicamentos que integram o seu portfólio, quer sejam de investigação própria, quer sob licença de empresas farmacêuticas internacionais.

Bial - Portela & Cª, S.A. é a principal empresa do Grupo Bial, nomeadamente em volume de negócios, ativos, e número de colaboradores, sendo detida a 100% pela Bial Holding, S.A. O volume de negócios de Bial - Portela & Cª, S.A., em 2025, representou 62% da faturação consolidada do Grupo e 52% dos seus colaboradores.

Em 2025, o volume de negócios foi de € 263,4M, dos quais € 244,3M correspondem a vendas e € 19,1M a prestação de serviços. O volume de negócios aumentou 1%, com as vendas a crescer em 3% e um decréscimo de 22% dos serviços prestados, decorrente da diminuição, face a 2024, do valor dos "milestones" associados aos contratos de licenciamento. Portugal representou 47% do volume de negócios, tendo as exportações de bens e serviços representado 53%, o que evidencia o elevado grau de internacionalização da atividade de Bial - Portela & Cª, S.A.

As vendas em 2025 cresceram face a 2024, com uma alteração significativa a nível de mercados e produtos. As vendas em Portugal cresceram 29% e as exportações decresceram 10%. Em Portugal a faturação foi de € 105,8M, com especial destaque para os medicamentos para a diabetes e para o sistema nervoso central. As exportações foram de € 138,5M, continuando Bial a ser uma das grandes exportadoras nacionais, baseadas nos seus dois medicamentos de investigação própria, o Zebinix/Aptiom e o Ongentys que, em conjunto, representaram € 118,1M, dos quais € 62,7M de Zebinix/Aptiom e € 55,5M de Ongentys. Essas exportações são realizadas fundamentalmente, no caso de Zebinix/Aptiom, para os EUA (€ 24,4M), Espanha (€ 23,8M) e França (€ 6M), e de Ongentys para a Alemanha (€ 17,5M), EUA (€ 11,6M), Itália (€ 8,9M), Espanha (€ 7,4M) e UK (€ 2,7M). As exportações de Zebinix/Aptiom reduziram-se em € 12,6M, devido a uma significativa

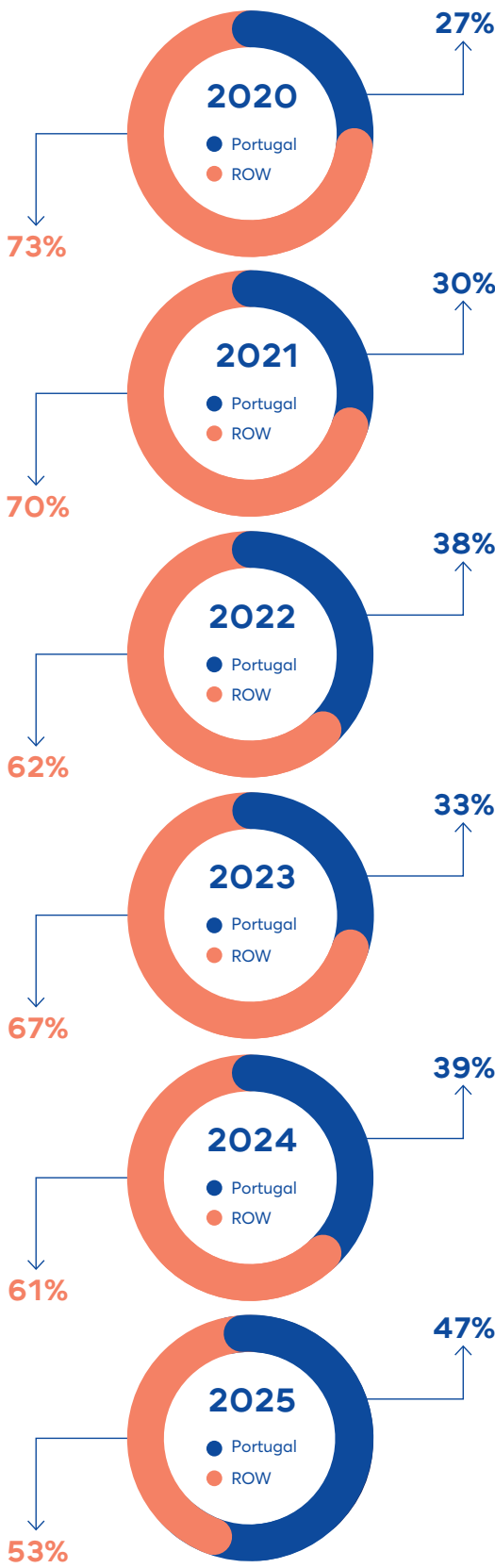
redução das vendas de Aptiom para os EUA (- € 9,5M), resultado da perda de exclusividade no mercado americano. No entanto, face às vendas estimadas para 2025 de Aptiom para os EUA, a performance deste produto foi muito positiva (+ € 18,2M). As exportações de ON cresceram € 5,2M face a 2024, com maior enfoque na Coreia do Sul, Itália, Espanha e Alemanha.

Os mercados de destino evidenciam o elevado valor acrescentado terapêutico que os dois medicamentos têm para os doentes com epilepsia e com doença de Parkinson, comercializados nos mercados mais exigentes onde estão todas as opções terapêuticas disponíveis a nível mundial. Este perfil de vendas é único em Portugal no sector farmacêutico e resultou de uma estratégia de longo prazo baseada na I&D, com o objetivo de investigar medicamentos inovadores com uma mais-valia terapêutica inequívoca para os pacientes. O sucesso obtido pelos medicamentos de investigação Bial expressa o reconhecimento e a confiança da classe médica e dos pacientes a nível internacional, o que tem permitido um crescimento sustentado da presença de Bial nesses mercados. Esta presença comercial torna possível continuar a investir em I&D valores próximos dos 20% das suas vendas nos últimos anos, o que irá permitir lançar a médio prazo novos medicamentos.

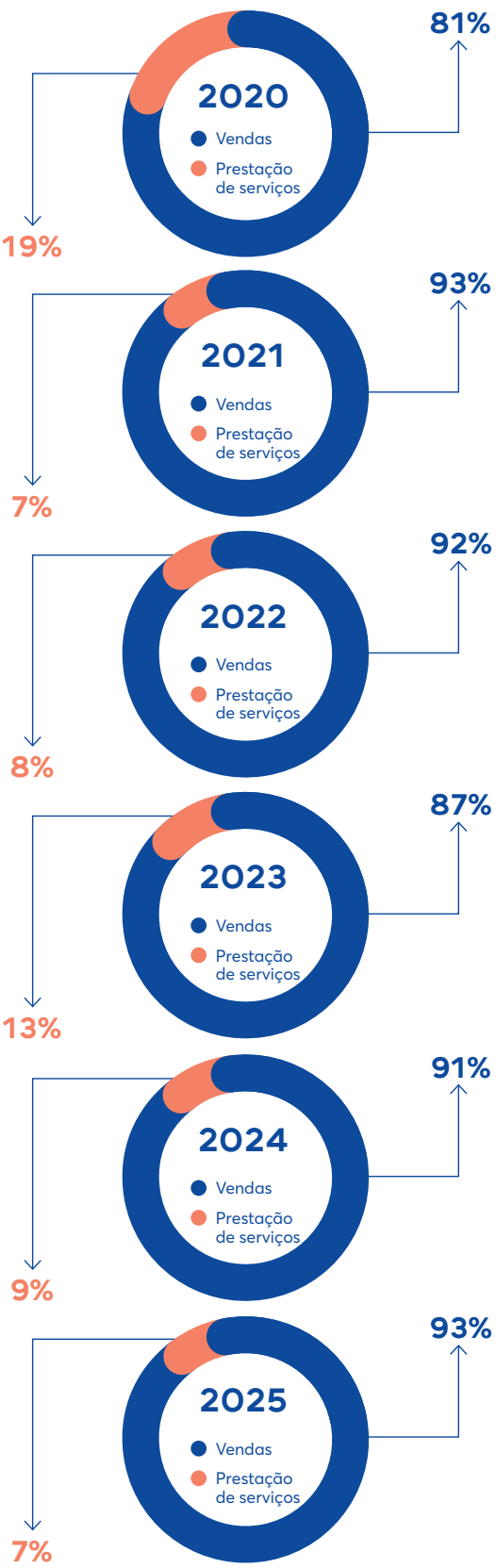
A prestação de serviços em 2025, como referido, foi de € 19,1M, -22% face a 2024, dos quais € 17,4M no mercado nacional (-8%) e € 1,7M no exterior (-70%). A prestação de serviços em Portugal é essencialmente serviços promocionais a companhias farmacêuticas internacionais no mercado português.

Bial mantém, desde há dezenas de anos, uma forte presença no mercado ambulatorio português, ocupando os medicamentos por si comercializados e/ou promovidos a 7ª posição nesse mercado (informação IQVIA). Não obstante a atividade de Bial - Portela & Cª, S.A. estar maioritariamente nos mercados internacionais, o que reforça as perspetivas de crescimento e a menor dependência a um mercado em particular, Portugal continua a ser um mercado especialmente relevante e onde detém uma forte posição competitiva. Continua a ser nosso objetivo ter um portfólio de medicamentos inovadores, garantir o seu regular abastecimento no mercado nacional, proporcionando segurança e uma melhor saúde aos pacientes residentes em Portugal, e prestar um serviço de grande valor acrescentado aos profissionais de saúde, em especial aos médicos.

Volume de Negócios por Mercados



Volume de Negócios por Natureza



2. ESTRATÉGIA BIAL

A implementação em Bial de uma política de sustentabilidade de longo prazo, assenta nos pilares ESG (Environmental, Social and Governance), tem norteado as nossas opções de investimento e a nossa prática operacional, em alinhamento com a Investigação & Desenvolvimento de novos medicamentos e a internacionalização da atividade. As boas práticas no âmbito da política de sustentabilidade são transversais e mandatórias a todo o Grupo, em especial em Bial - Portela & C^a, S.A. pelo seu perfil industrial e de I&D, num processo de melhoria contínua. É uma prioridade de Bial consolidar esses princípios, adequando os seus investimentos e a sua atividade operacional a tal propósito, com a monitorização de um largo conjunto de indicadores, que permitem a sua avaliação de forma transversal e quantificável. Em anexo apresentamos o relatório de sustentabilidade de 2025, que mostra os aspetos mais relevantes da atividade do Grupo nesta área e a sua evolução.

A I&D e a Internacionalização são os eixos estratégicos do nosso desenvolvimento a médio e longo prazo, o que acontece desde há dezenas de anos. Ambas estão fortemente interrelacionadas, uma vez que a internacionalização assenta essencialmente nos novos medicamentos de investigação Bial e, por sua vez, o financiamento dos projetos de I&D só é viável com a comercialização desses medicamentos nos principais mercados farmacêuticos. Esta realidade é bem evidente nos valores de faturação de Zebinix/Aptiom e de Ongentys apresentados no ponto anterior. É um imperativo ético procurar as condições para que os nossos medicamentos estejam disponíveis para o maior número de doentes a nível internacional, pelo que temos distintas soluções para a sua comercialização no mundo, quer através das filiais do Grupo, quer através de acordos de licença e/ou distribuição com outras empresas farmacêuticas. Deste modo, Zebinix/Aptiom e Ongentys estão comercializados em dezenas de países dos cinco continentes, com prioridade para aqueles em que a prevalência da epilepsia e doença de Parkinson é mais elevada, assim como as dezenas de outros medicamentos comercializados por Bial.

Portugal, Espanha e EUA continuam a ser os mercados mais relevantes do Grupo, perspetivando-se, a médio prazo, crescimentos significativos em mercados como o da Alemanha, China, Itália e Japão, que assumirão um peso crescente na faturação. Continuamos com a nossa presença, direta ou indireta, em cerca de cinquenta países.

Em 2025 foi dada continuidade à sua atividade de I&D, quer nos projetos cujos medicamentos já são comercializados, quer nos projetos mais recentes, em fase pré-clínica ou clínica, que visam obter, a médio prazo, novos medicamentos.

Em 2021 e 2022 foram reanalisados todos os projetos de investigação em curso, de que resultou a descontinuação de alguns deles e, mais relevante, a definição de novas prioridades terapêuticas. Foram reavaliadas as áreas terapêuticas em investigação, tendo-se decidido manter como área estratégica o sistema nervoso central, em especial na epilepsia e doença de Parkinson, descontinuar a área cardiovascular, e iniciar uma linha de investigação nas doenças raras de origem neurológica. Com isso procuramos acelerar o ciclo de investigação, em especial nas doenças raras, reforçar as parcerias com terceiras entidades, diversificar o risco de portfólio com um maior número de projetos ativos e conseguir um maior valor acrescentado terapêutico para os doentes. A falta de soluções terapêuticas nas doenças raras é enorme e afeta cerca de trezentos milhões de pessoas a nível mundial, pelo que é um imperativo procurar trazer soluções terapêuticas para alguns desses doentes.

Presentemente temos dois projetos com ensaios clínicos e diversos em fase pré-clínica, alguns dos quais já na área das doenças raras, o que muito nos entusiasma.

O projeto BIA2 (Acetato de Eslicarbazepina), de que resultou um medicamento inovador para a epilepsia, comercializado com as marcas Zebinix e Aptiom, está aprovado pela FDA (EUA) e pela EMA (União Europeia), assim como por outras dezenas de autoridades nacionais de saúde, para a sua utilização em terapia adjuvante, em monoterapia, nos adultos e nas crianças. Em 2024 foi introduzido na região especial de Hainan Boao Lecheng, na China, onde foram desenvolvidos estudos clínicos.

Do projeto BIA9 (Opicapone) resultou um novo medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, aprovado pela EMA em 2016, estando a ser comercializado, desde outubro de 2016, na Alemanha e Reino Unido, desde 2017 em Espanha, desde 2018 em Portugal e Itália, desde 2020 nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, seguindo-se a sua comercialização em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia em 2021. Em 2022 foi lançado na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia e, em 2023, foi lançado na Austrália, Eslovénia e Croácia. Em 2024 foi lançado na Hungria e Estónia. O Ongentys, pelas suas características farmacológicas, foi um contributo importante para os doentes com Parkinson, sendo de destacar que é comercializado nos países com maior número de doentes com essa doença. Em 2024 foi dada continuidade a alguns estudos clínicos com o objetivo de obter um melhor conhecimento dos seus efeitos terapêuticos, nomeadamente em condições de prática clínica corrente. Pelo seu potencial para os doentes com Parkinson, continuamos a investir no projeto com o objetivo de robustecer a sua adoção pelos neurologistas. Presentemente mais de cem mil doentes com a doença de Parkinson estão a ser tratados com Ongentys.

O projeto BIA28 tem como objetivo um novo medicamento para a doença de Parkinson quando esta tem como causa mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCase, o que está associado a uma progressão acelerada dos seus sintomas e ao seu aparecimento em idades mais precoces. O composto BIA28 é um novo ativador da enzima GCase, ligando-se a essa proteína produzida a partir do alelo GBA1 mutado e do alelo selvagem.

O projeto teve uma evolução muito importante em 2025, com a participação ativa da Bial R&D e da Bial Biotech. Na sequência da assinatura, em novembro de 2022, de um contrato com uma CRO para a realização de um ensaio clínico de fase II (designado por Activate), é de salientar que, em 2025, deu-se continuidade ao ensaio, tendo sido já completado por 204 doentes dos 273 em curso em centros na Europa e na América do Norte. Em simultâneo com o ensaio clínico, continuaram a ser desenvolvidas múltiplas atividades, nomea-

damente parcerias com associações de doentes e investigadores. Em 2025 deu-se início a produção da campanha do princípio ativo do novo fármaco com vista a ser utilizado nos ensaios de fase III, que estimamos que possam ser iniciados no 2º semestre de 2026.

O BIA28 é uma parceria com a Bial R&D Investments, para o qual foi constituído um consórcio entre estas duas empresas do Grupo Bial, e que deverá envolver um investimento nos próximos três anos de algumas dezenas de milhões de euros. A Bial R&D Investments foi constituída em 2020 e tem como objeto social a investigação farmacêutica de novos medicamentos. Iniciou a sua atividade nesse ano com a aquisição de um conjunto de projetos de investigação a uma empresa americana (LTI), entre os quais o agora identificado como BIA28.

A par dos três projetos referidos, estão em fase pré-clínica diversos projetos na área das doenças do sistema nervoso central e das doenças raras, que esperamos venham a atingir as fases clínicas nos próximos anos, nomeadamente um ou dois já em 2026.

Na I&D foram aplicados € 39,8M, excluindo amortizações, imparidades e provisões. Deste valor somente € 3,9M foram capitalizados, sendo os restantes valores registados como gastos do exercício. O total dos gastos com I&D na conta de resultados, incluindo amortizações, imparidades e provisões, é de € 58,7M. O esforço de Bial - Portela & Cª, S.A. continua a ser muito relevante, não obstante outras empresas do Grupo também terem atividades de I&D.

A atividade de I&D do Grupo continua a estar concentrada em Bial - Portela & Cª, S.A., mas há duas novas filiais, a partir do final de 2020, que têm igualmente atividade nessa área. A Bial R&D Investments S.A., em que 100% do seu capital é detido pela Bial Holding S.A., com sede em Portugal, e a Bial Biotech, com sede nos EUA, e por sua vez detida a 100% pela Bial R&D Investments. A atividade da Bial R&D está, desde a sua criação, focada no desenvolvimento do projeto BIA28, que a teve como base de partida a aquisição de um conjunto de ativos intangíveis adquiridos a uma empresa de investigação biotecnológica norte

americana na área da doença de Parkinson. Como já referido, foi criado um consórcio com a Bial - Portela & Cª, S.A., de forma a criar sinergias entre si. Por sua vez, a Bial Biotech apoia os projetos de investigação da Bial R&D nos EUA, em especial aos ensaios clínicos do BIA28 realizados nesse país.

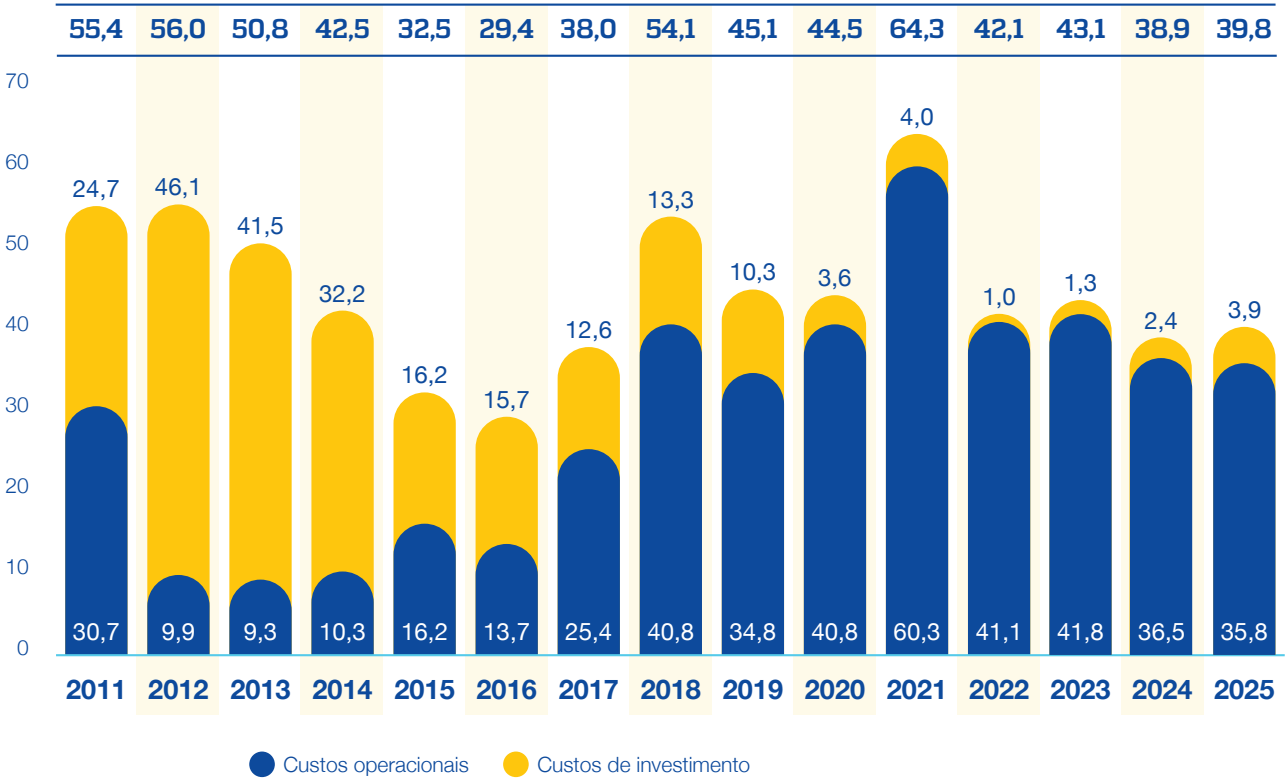
É de mencionar que, em 2025, 52% das vendas de Bial - Portela & Cª, S.A. foram provenientes da faturação dos medicamentos de investigação própria. É um contributo fundamental da nossa I&D para a atividade da empresa e a prova do sucesso da estratégia de investimento seguida desde há mais de vinte e cinco anos.

Como se pode concluir pelo seguinte quadro, há um investimento sustentado e relevante em I&D em Bial - Portela & Cª, S.A.:

Milhares de euros															
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ativo intangível (I&D)	24 344	46 132	41 478	32 082	15 776	12 821	11 320	10 602	5 537	2 406	2 604	326	756	1 394	665
Patentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível	361	35	41	264	473	877	1 272	2 732	1 574	1 220	1 406	722	569	997	277
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 000
Sub-Total	24 705	46 167	41 519	32 346	16 249	13 698	12 592	13 334	7 111	3 626	4 010	1 048	1 325	2 391	3 943
Despesas com fornecimentos e serviços e outros custos	25 434	4 690	3 765	4 126	10 017	8 685	17 697	31 878	27 604	29 026	47 152	27 582	32 261	26 962	26 795
Despesas com pessoal	5 281	5 164	5 502	6 097	6 209	7 009	7 680	8 951	10 407	11 817	13 084	13 457	9 505	9 568	9 024
TOTAL	55 420	56 021	50 786	42 569	32 475	29 392	37 969	54 163	45 122	44 470	64 246	42 087	43 091	38 921	39 761

(sem amortizações de ativos de I&D)

€M





O rácio de investimento em investigação face ao volume de negócios está acima da média da indústria farmacêutica devido, por um lado, aos diversos projetos em curso e aos elevados custos da investigação pré-clínica e clínica e, por outro lado, pela faturação relativamente baixa quando comparada com as necessidades de financiamento dos projetos.

É propósito dos acionistas manter esta forte política de investimento a longo prazo, que seja compatível com o equilíbrio económico e financeiro da empresa e geradora de valor para todos os "stakeholders", em especial para os doentes e profissionais de saúde, missão que este Conselho de Administração assume de forma inequívoca e determinada.

A internacionalização é igualmente um eixo estratégico de Bial - Portela & Cª, S.A. Em 2025, as receitas provenientes do estrangeiro representaram 53% (€ 140,2M) do seu total (€ 263,4M), o que evidencia o elevado grau de internacionalização da empresa. É de realçar que as exportações de medicamentos foram de € 138,5M, dos quais € 118,1M de Zebinix/Aptiom e Ongentys, e os serviços ao estrangeiro de € 1,7M, dos quais cerca de € 0,2M relativos a "milestones" provenientes de um contrato de licenciamento de Ongentys.

A política comercial na área internacional assenta essencialmente na comercialização e promoção da sua gama de produtos em dezenas de países, em especial dos seus medicamentos de I&D, que são e continuarão a ser o motor do crescimento da atividade internacional.

A comercialização da sua gama, quer de produtos próprios, quer de licença (sempre com marca Bial), baseia-se em modelos de negócio distintos, com o objetivo de responder às especificidades dos mercados e à sua estrutura funcional. São de salientar os três modelos aplicados:

- Comercialização e promoção através de filiais do Grupo e/ou com equipas próprias em Espanha, Alemanha, Itália, Reino Unido, Suíça, Áustria, Irlanda, Angola e nos países da FWA (French West Africa). Em França e Irlanda, Bial tem equipas que são geridas diretamente e integradas na estraté-

gia comercial de Bial, embora sem ter filiais juridicamente constituídas nesses países. Na Áustria os colaboradores estão afetos à filial alemã

- Comercialização dos produtos de investigação própria através de acordos de licença em diversos mercados, como acontece nos EUA, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Israel, Grécia, Países Nórdicos e da Europa Central.

- Parcerias locais com apoio direto a equipas comerciais de terceiros, através de orientação estratégica e de formação científica e de marketing proporcionada por Bial, o que acontece em diversas zonas geográficas da América Latina, África, Médio Oriente e Ásia. Em 2025, após a venda pelo Grupo da filial em Moçambique em 2024, Bial manteve a sua presença nesse mercado por esta via, com um contrato de distribuição com a CFAO.

Como foi referido, para os medicamentos de investigação própria, a comercialização e/ou promoção é efetuada diretamente por Bial ou por empresas farmacêuticas licenciadas com essa finalidade. Foi a estratégia adotada para a comercialização do nosso medicamento antiepilético de forma a responder a questões de índole financeira e para otimizar o acesso dos pacientes ao novo medicamento. Por um lado, os contratos de licenciamento permitiram financiar parte dos custos da investigação através do recebimento de várias dezenas de milhões de euros sob a forma de "milestones" e, por outro lado, permitiram um acesso mais rápido dos doentes dos principais países mundiais ao novo medicamento, onde Bial não tinha presença direta na época (EUA, Alemanha, Reino Unido, França e Itália).

Com a expansão do Grupo na Europa nos últimos anos, através da criação de filiais na Alemanha, Reino Unido, Itália, e Suíça, que vieram acrescer à sua filial em Espanha, a estratégia com Ongentys foi distinta. Bial assumiu diretamente nesses mercados, para além de Portugal e Espanha, o lançamento de Ongentys, assim como a comercialização e promoção de Zebinix, após o fim do contrato de licença com a EISAI. A vantagem deste modelo é permitir uma elevada autonomia funcional e o controlo das operações sem dependência de terceiras partes. Foi um passo mui-

to significativo na sua afirmação internacional, criando uma estrutura para a comercialização e promoção de outros futuros medicamentos inovadores, mesmo que não sejam de investigação Bial, como aconteceu em 2024 na Alemanha, em 2025 em Portugal, Espanha e Itália, com o lançamento de Kynmobi, medicamento para a doença de Parkinson, decorrente de um acordo com a farmacêutica Sumitomo assinado em 2021. Em 2026 está previsto o seu lançamento no Reino Unido. É um novo eixo de internacionalização que também suportará a nossa presença na área do sistema nervoso central na Europa, reforçando o portfolio de medicamentos comercializados.

No mercado nacional, Bial teve nos últimos dois anos um desempenho muito significativo, com o crescimento da sua faturação, baseado essencialmente na venda dos novos medicamentos. Em termos de rentabilidade, continua a haver uma forte pressão sobre as margens uma vez que, em 2024 e 2025, não obstante os preços mais baixos dos medicamentos (< €10,00) terem sido atualizados, não foi suficiente para compensar a inflação. Há um esforço contínuo em melhorar a produtividade para compensar o desequilíbrio entre a inflação e a

evolução dos preços dos medicamentos, de forma a salvaguardar a rentabilidade e permitir manter os níveis de investimento em I&D.

Na sua gama de medicamentos comercializados em Portugal é de destacar a área da diabetes, a par do sistema nervoso central e área respiratória. Em 2020 iniciou-se a comercialização de dois novos medicamentos para a diabetes, licenças da AstraZeneca, com as marcas Edistride e Ebymect, pertencentes a uma nova classe terapêutica na área da diabetes (iSGLT2). São medicamentos inovadores que trazem uma melhoria significativa no controlo da doença, dos seus efeitos secundários, na qualidade e esperança de vida do doente. O seu potencial continua a ser enorme, tendo sido os medicamentos com maior crescimento desde 2021, numa área em que todos os dias há mais doentes diabéticos a precisarem das melhores soluções terapêuticas.

Infelizmente é uma situação comum na esmagadora maioria dos países mais desenvolvidos, em que os hábitos de vida são fortemente potenciadores desta doença e a prevenção e a educação não têm sido suficientes para evitar a expansão da doença.

A distribuição de vendas em Portugal, por áreas terapêuticas, assim como as quotas de mercado dos produtos mais importantes, são as seguintes:

CLASSE TERAPÊUTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS	% NAS VENDAS
Aparelho Digestivo e Metabolismo	Edistride, Ebymect	34.0%
Sistema Nervoso Central	Elvanse, Sedoxil, Ongentys, Elontril, Zebinix, Neupro	31.5%
Aparelho Respiratório	Elebrato, Revinty, Laventair, Brizomax, Rinialer	13.2%
Sistema Músculo-Esquelético	Rantudil	5.3%
Antibióticos	Clavamox, Tricef	5.3%
Antianémicos e Suplementos de iodo	Folicil, Folifer	4.7%
Outros (inclui OTC'S)	Reumon, Copalia, Migretil, Acaribial e outros	5.9%

Fonte: Dados I.6 Portugal, Dezembro 2025

PRODUTOS	POSIÇÃO	Q.M. 2025 (IQVIA)	SUBCLASSE TERAPÊUTICA
ELVANSE	1º	68.2%	Psicoestimulante
FOLICIL	1º	54.3%	Antianémico fólico
FOLIFER	1º	22.6%	Antianémico comb.
SEDOXIL	1º	20.5%	Ansiolítico
ONGENTYS	2º	20.3%	Antiparkinsoniano
CLAVAMOX	1º	12.7%	Antibiótico
RANTUDIL	2º	10.3%	Anti-inflamatório
REVINTY	4º	9.6%	Antiasmático
NEUPRO	4º	9.2%	Antiparkinsoniano
ELEBRATO	3º	8.9%	A-colinerg+Agon B2 Assoc.
EDISTRIDE	5º	8.4%	Antidiabético SGL Ti
EBYMECT	6º	6.4%	Antidiabético SGL Ti
ZEBINIX	4º	5.3%	Antiepilético
REUMON	4º	4.6%	AINE Tópico

Fonte: Dados I.6 Portugal, Dezembro 2025

Bial está presente em diversas áreas terapêuticas muito relevantes, conforme se pode constatar no quadro acima. O SNC continua a ser o mais importante, com presença na epilepsia, doença de Parkinson, ansiedade, depressão, e défice de atenção e hiperatividade. O Zebinix, o Ongentys, o Sedoxil e o Elvanse são referências nas suas áreas terapêuticas, mesmo que o primeiro já tenha perdido a sua patente em junho de 2020 e tenham sido lançados vários genéricos.

Bial tem uma forte imagem institucional, uma grande confiança da classe médica e de outros profissionais de saúde, assim como dos pacientes, possui uma gama de medicamentos inovadora, uma qualidade excelente dos seus produtos e serviços, uma contínua procura de melhoria de desempenho, a par de um programa de I&D único em Portugal e dos mais expressivos, em termos relativos, a nível internacional. Desde há muitos anos que a marca "Bial" é classificada numa das três primeiras posições no ranking das marcas com maior notoriedade do sector farmacêutico em Portugal,

de acordo com os estudos de mercado realizados por distintas empresas, o que muito nos orgulha.

A conjugação dos três vetores estratégicos fundamentais – I&D / Internacionalização / Sustentabilidade – são a base do nosso desenvolvimento equilibrado e sustentado, criador de valor, baseado no conhecimento e na diferenciação, e focado na satisfação das necessidades dos pacientes.

É um caminho complexo, não isento de dificuldades e percalços, só possível com uma forte determinação e resiliência dos seus acionistas, sem perda do rumo mesmo nas suas fases mais difíceis. Mas foi o caminho que permitiu que Bial seja hoje uma empresa baseada no conhecimento, com medicamentos de investigação própria que representam mais de 50% do seu volume de negócios, internacionalizada, e com um projeto de futuro assente em bases sólidas, nomeadamente em termos económicos e financeiros.

A conjugação dos três modelos de negócio referidos anteriormente é um dos fatores de sucesso,

numa visão estratégica global, com a escolha do modelo mais adequado às situações específicas dos mercados e/ou dos produtos. Compatibilizar esses modelos é uma das variáveis críticas, com prioridades e objetivos bem definidos, mas com princípios e valores comuns, numa política integrada de desenvolvimento e de fortalecimento dos fatores de competitividade de Bial.

A política de licenciamento das novas moléculas Bial permitiu, por um lado, o lançamento dos novos medicamentos, especialmente de Zebinix \ Aptiom, em países em que Bial não tinha estrutura comercial e, por outro lado, o recebimento de “milestones” relativos aos contratos de licenciamento que, até 2024.12.31, totalizaram € 274M, foram fundamentais para financiar o programa de I&D desde os anos noventa. Em 2007 foi assinado o primeiro contrato de licenciamento, relativo ao BIA2 (ZB\AP) para os EUA e Canadá, com a empresa Sepracor, hoje Sumitomo Pharmaceutical, que originou uma receita em “milestones” de € 125,7M.

Nos últimos anos as receitas provenientes dos contratos de licenciamento são muito menos relevantes. Com a implementação de uma estrutura própria na Europa, Bial deixou de licenciar os seus produtos nos cinco principais mercados europeus, o que já aconteceu com a comercialização de Ongentys desde o seu lançamento. Também a comercialização de Zebinix na Europa nos principais mercados passou a ser assegurada por Bial, após ter terminado o acordo de licenciamento com a EISAI.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA e FINANCEIRA

O volume de negócios de Bial - Portela & Cª, S.A., foi de € 263,4M, +1% face a 2024, pelas razões apresentadas no ponto 1. Como referido, as receitas provenientes das vendas aumentaram 3%, tendo decrescido o valor dos serviços prestados.

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento, imparidades e impostos foi de + € 42,4M, uma variação de -33% face a 2024. Esta evolução resulta fundamentalmente do aumento

dos custos operacionais. Nos custos do exercício estão incluídos € 35,8M diretamente relacionados com os projetos de I&D (despesas com pessoal e fornecimentos e serviços). A esse valor há que adicionar as amortizações de I&D (€ 21,2M) com impacto direto negativo nos resultados operacionais, embora minimizado por uma redução das imparidades e provisões associadas à I&D, no valor de € 2,3M. Em resumo, os resultados operacionais estão afetados negativamente em € 54,7M por custos de I&D. Haveria igualmente que considerar outros gastos indiretos, como despesas financeiras, que não estão considerados no esforço de I&D. O resultado operacional foi de € 17M (€ 37,9M em 2024), o que permitiu dar continuidade ao reforço da estrutura financeira da empresa. Um dos objetivos prioritários da gestão de Bial é conciliar o forte investimento em I&D com rentabilidade operacional da empresa, o que foi possível não obstante a pressão da inflação versus a estabilização dos preços dos medicamentos. A solução foi um forte controlo dos custos operacionais e melhoria dos indicadores de produtividade. As despesas com pessoal foram de € 36,2M, +1% do que em 2024, refletindo alguns ajustamentos na estrutura da empresa. As despesas com pessoal relativas às atividades de I&D foram de € 9,0M, o que representou 25% dos gastos com pessoal da empresa, valores similares aos de 2024. As amortizações do exercício e imparidades/reversões foram de € 25,4M, -1% do que em 2024, das quais € 21,2M são relativas aos projetos de I&D. É muito relevante a importância da I&D neste item da conta de resultados, o que resulta fundamentalmente da amortização dos projetos BIA2 e BIA9, que estão capitalizados em ativo intangível com um valor de € 104,8M. Os restantes projetos de investigação de Bial - Portela & Cª, S.A. são contabilizados em custos do exercício, não sendo imobilizados, com exceção das patentes que lhes estão associadas. Os resultados financeiros são negativos em € 3,5M, um decréscimo de 35% face a 2024 devido à redução da dívida líquida e à diminuição das taxas médias de juro, o que reflete a robusta situação financeira de Bial. O financiamento líquido, em 2025.12.31, é de € 72,6M, um decréscimo de € 15,6M (-18%) face a 2024.12.31. A dívida financeira total é de € 89,4M (€ 105,8M em 2024), dos quais € 5M são emprés-

timos de empresas do Grupo e € 5,7M subsídios reembolsáveis. Os financiamentos bancários são de € 10,1M, dos quais €6,8M vencem-se em 2026. Os empréstimos obrigacionistas são de € 68,6M, vencendo-se € 33,2M em 2026. A maturidade dos financiamentos é adequada às necessidades dos projetos da empresa e da sua capacidade de gerar "cash-flow". Em 2026 as necessidades de tesouraria correntes serão negativas, mantendo-se a trajetória de redução da dívida financeira. As linhas de crédito contratadas garantem, com larga margem, as necessidades de financiamento de Bial - Portela & C^a, S.A. em 2026, incluindo eventuais investimentos não orçamentados à data, nomeadamente a aquisição de ativos e/ou projetos de I&D. O Resultado Antes de Impostos é de € 13,5M e o Resultado Líquido é de € 10,1M (decrésimo de 55% face a 2024). O Ativo Líquido é de € 420,4M, -3% face a 2024, em que se salienta o Ativo intangível (€ 112,1M), Inventários (€ 93,2M), Impostos diferidos (€ 41,5M), Clientes (€ 82,7M) e Ativo Tangível (€ 59,2M). São de salientar a redução do Ativo Intangível em 18,2 M em resultado da política de amortizações.

O Capital Próprio é de € 241,5M, um acréscimo de € 6,8M, refletindo essencialmente os resultados líquidos do exercício. Os Capitais Próprios representam 57% do Ativo Líquido (54% em 2024) e 135% do Passivo (119% em 2024), rácios muito positivos e que traduzem níveis muito elevados de autonomia financeira e solvabilidade.

O Passivo é de € 178,9M, um decréscimo de € 18,3M face a 2024, -9%, principalmente devido à redução dos financiamentos bancários. A principal rubrica do Passivo são os Financiamentos (bancários, obrigacionistas e de empresas do Grupo), que representam € 89,4M, seguindo-se os Fornecedores com € 52,5M. O Passivo Não Corrente representa 30% do Passivo.

Em conclusão, em 2025 a estrutura do balanço foi de novo reforçada pelos bons resultados obtidos, com indicadores muito positivos, refletindo uma estrutura económica e financeira sólida. É o resultado de uma gestão ponderada que aposta no futuro, em especial nos projetos de I&D, mas sempre atenta ao presente.

A estrutura económica e financeira é robusta, não obstante o elevado nível de custos operacionais em I&D, uma vez que a quase totalidade dos gastos em investigação são imputados a custos do exercício. A rentabilidade intrínseca à sua atividade corrente é claramente positiva, permitindo desse modo o financiamento dos projetos de I&D. Para isso muito contribuem de forma decisiva as exportações de Zebinix/Aptiom e Ongentys, produtos de investigação Bial, que têm margens brutas mais elevadas que os restantes produtos da gama. Como referimos, em 2025, as vendas desses dois produtos representaram 85% das exportações de Bial - Portela & C^a, S.A.

4. SUSTENTABILIDADE

O Grupo Bial, desde a sua génese, segue uma política de responsabilidade corporativa, de natureza transversal integrada nas suas diversas áreas operacionais. Essa postura tem evoluído e, em 2025, encontra-se progressivamente mais global e presente no seu dia a dia, por meio da certificação na área de ambiente (ISO 14001) há mais de duas décadas, bem como por meio de procedimentos e práticas associados à economia circular, à responsabilidade social e à governança e ética.

Bial - Portela & C^a, S.A., enquanto principal empresa do Grupo, assume um papel central nesta política, desde a sua área industrial até às atividades de investigação e desenvolvimento, passando por uma forte política de responsabilidade social materializada no apoio a múltiplas instituições e iniciativas da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável está presente nas decisões tomadas e nas políticas a definir e implementar. A Sustentabilidade está incorporada na política estratégica e, em 2025, foi publicado o primeiro relatório de Sustentabilidade de acordo com a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), antes do prazo legal estipulado (2026), como anexo do Relatório de Gestão, numa clara demonstração de transparência. Este permitiu sistematizar as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados, tendo sido este o segundo ano consecutivo em que a Bial publica este relatório. Face à alte-

ração do enquadramento legal e mantendo o seu compromisso com a sustentabilidade e a transparência, a Bial continua a publicar este relatório de acordo com a CSRD, apesar de estar isenta desta obrigatoriedade. Importa destacar que o Relatório de Sustentabilidade 2024 foi distinguido com o estatuto de Excelência no ESG Transparency Award 2025, reconhecimento que reforça a nossa dedicação à transparência e à integração da Sustentabilidade na estratégia do Grupo.

O Conselho de Administração pretende a continuidade do trabalho desenvolvido, em linha com a legislação da União Europeia, e tendo como foco a criação de valor acrescentado para todas as partes interessadas, em especial os doentes que necessitam dos nossos medicamentos.

Na Bial, acreditamos que Ambiente e Governança fortalecem o nosso compromisso de sermos cada vez mais verdadeiros Partners in Life, imperativos para contribuir para um mundo sustentável a longo prazo, com melhor qualidade de vida para todos os seres humanos.

Em anexo, apresentamos o relatório de sustentabilidade de 2025, que mostra os aspetos mais relevantes da atividade do Grupo nesta área e a sua evolução. Reforçamos que a Bial apresenta este relatório apesar de não estar sujeita a qualquer obrigação legal para o fazer.

5. PERSPETIVAS PARA 2026

Estão aprovados, pelo Conselho de Administração, os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2026. A sua implementação dará continuidade à política estratégica de Bial e o seu desenvolvimento a longo prazo, a par do seu equilíbrio económico e financeiro.

A dinamização e rendibilidade da atividade comercial é uma prioridade, com o foco nos medicamentos de investigação Bial, que estão comercializados nos principais mercados mundiais. Os dois pilares da faturação de Bial nos últimos anos são o Zebinix/Aptiom, especialmente nos EUA e Espanha, e Ongentys nos países europeus com filiais Bial (Portugal, Espanha, Alemanha, Itália, Reino Unido, Suíça) e Japão.

No mercado português o foco, em 2026 continuará a ser as suas três áreas terapêuticas estratégicas: sistema nervoso central (ansiedade, hiperatividade, doença de Parkinson, e epilepsia), diabetes e doenças respiratórias (asma e a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica). Esta última fortemente reforçada pelo recente acordo com a GSK: Relvar, Anoro e Trelegly.

A atividade exportadora de Bial - Portela & C^a, S.A. continuará assente nas vendas de Zebinix/Aptiom e de Ongentys, quer através das filiais do Grupo, quer através dos diversos acordos de licença com empresas farmacêuticas internacionais. Em 2026, Bial tem a expectativa de reforçar as suas vendas na China. Pelo contrário, a perda de exclusividade de Aptiom nos EUA terá um impacto negativo significativo.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações para os mercados prioritários e com portfólio de maior potencial, concentrando e racionalizando a atividade industrial e comercial, em linha com o ocorrido nos últimos anos. Novos mercados estão a ser analisados para, a médio prazo, potenciarem as exportações.

A I&D continuará a ser a prioridade estratégica, estando previstos os recursos financeiros e humanos para dar continuidade aos diversos projetos em curso, quer na área do sistema nervoso central, quer na área das doenças raras de natureza neurológica. Em 2023 iniciou-se a atividade de investigação nessa nova área terapêutica, que teve um desenvolvimento muito interessante em 2024, com dois novos projetos nessa área. Estimamos que um dos projetos iniciará os ensaios clínicos brevemente.

Em 2026, o projeto BIA28, que tem como objetivo obter um medicamento inovador para a doença de Parkinson e onde estão a decorrer ensaios clínicos de fase II, iniciados em 2023, e que terminará em 2026, será o projeto prioritário e com maior afetação de recursos.

Em 2025 deu-se início a produção da campanha do princípio ativo do novo fármaco com vista a ser utilizado nos ensaios de fase III, que estimamos que possam ser iniciados no 2º semestre de 2026.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento no âmbito da atividade de Bial - Portela & C^a, S.A., em fases pré-clínicas para que no próximo triénio entrem em fase clínica, quer na área do sistema nervoso central, quer das doenças raras.

Para 2026 é igualmente um objetivo prioritário adquirir ativos comerciais, isto é, medicamentos com presença comercial na Europa e/ou adquirir uma participação relevante num projeto de I&D em fase clínica na área das doenças neurológicas. O primeiro objetivo tem como finalidade acelerar o crescimento do volume de negócio e do EBITDA de Bial, o segundo objetivo reforçar o portfólio de investigação e permitir na corrente década lançar novos medicamentos inovadores no mercado internacional.

Em 2026 a Bial passará a representar em Portugal as marcas Trelegy Ellipta, Anoro Ellipta e Relvar Ellipta, alargando assim o portefólio na área respiratória. Bial está a reforçar a sua posição no mercado português, tendo um portefólio que permite continuar a ajudar os doentes que vivem com DPOC e com asma a viver com melhor qualidade de vida.

A confiança dos acionistas continuará a ser fundamental neste processo de desenvolvimento da empresa e do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo, focada nos pacientes, essencialmente, via I&D, mas também com o reforço do portfólio comercial de medicamentos. O resultado dessa estratégia transformou Bial numa empresa biofarmacêutica assente na inovação e na investigação, com a atividade nos principais países do mundo, quer em termos de I&D, quer em termos comerciais.

6. FACTOS SUBSEQUENTES a

2025.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2025.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2025 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados para 2026.

7. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 10.127.726,33 seja afeto a:

- Resultados Transitados e outras reservas: € 10.102.278,36
- Critério de equivalência patrimonial subsidiárias: € 25.447,97

Não se propõe distribuição de dividendos.

Trofa, 2026.03.13

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Presidente**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

PIERLUIGI ANTONELLI | **Vogal**

PEDRO GONÇALVES | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**

JASMINE ZHONG | **Vogal**





8. ANEXOS

BIAL - PORTELA & Cª, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em euros			
DATAS			
ATIVO	Notas	2025.12.31	2024.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 358 625	12 358 625
Edifícios e outras construções		23 117 286	23 939 675
Equipamento básico		20 880 098	21 001 920
Equipamento de transporte		4 562	7 242
Equipamento administrativo		57 247	1 042 881
Outros ativos fixos tangíveis		291 052	298 263
Ativos fixos tangíveis em curso		2 466 434	1 775 598
Adiantamentos a fornecedores de investimento		0	161 583
	7	59 175 303	60 585 788
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		96 857 151	115 686 395
Propriedade industrial		9 346 542	9 877 420
Outros ativos intangíveis		4 566 054	4 022 101
Ativos intangíveis em curso		1 302 955	677 543
	7	112 072 701	130 263 459
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em empresas do grupo		0	0
Partes de capital em outras empresas		3 003 585	114 820
Outros investimentos financeiros		124 520	124 520
	7	3 128 105	239 340
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	6	41 469 604	41 872 110
		41 469 604	41 872 110
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	10	3 810 946	5 743 178
		3 810 946	5 743 178
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20	71 761 999	73 086 432
Mercadorias	20	9 574 780	6 331 963
Produtos e trabalhos em curso	19	4 523 281	2 665 285
Produtos acabados e intermédios	19	7 383 094	7 470 257
		93 243 154	89 553 937
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Clientes	10	78 845 018	69 967 363
Estado e outros entes públicos	11	1 271 086	219 904
Outros créditos a receber	9	7 796 652	13 060 261
		87 912 756	83 247 528
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	12	2 694 846	2 620 295
		2 694 846	2 620 295
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		0	0
Depósitos à ordem		16 825 629	17 681 093
Caixa		22 530	20 978
	4	16 848 159	17 702 071
TOTAL DO ATIVO			
		420 355 574	431 827 705

BIAL - PORTELA & Cª, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em euros			
DATAS			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2025.12.31	2024.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	50 000 000	50 000 000
Reservas legais		10 000 000	10 000 000
Subsídios		14 724 950	18 080 022
Resultados transitados e outras reservas		156 616 950	134 279 415
Subtotal		231 341 901	212 359 437
Resultado líquido do exercício		10 127 726	22 268 884
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		241 469 627	234 628 321
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	25	513 973	606 448
Empréstimos obrigacionistas	13	35 357 143	68 571 429
Financiamentos obtidos	13	13 775 504	25 985 604
Passivos por impostos diferidos	6	1 307 027	1 375 679
Outras dívidas a pagar	15	3 472 381	4 951 853
		54 426 027	101 491 013
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	52 528 228	44 417 922
Estado e outros entes públicos	11	2 388 075	1 655 931
Empréstimos obrigacionistas	13	33 214 286	3 214 286
Financiamentos obtidos	13	7 061 256	8 069 783
Fornecedores de investimentos	14	1 378 696	2 125 301
Outras dívidas a pagar	15	26 936 897	36 225 147
		123 507 438	95 708 371
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer		952 482	0
		952 482	0
TOTAL DO PASSIVO			
		178 885 947	197 199 384
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		420 355 574	431 827 705

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em euros

		PERÍODOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas		
Vendas	17	244 326 780	237 009 664
Serviços prestados	17	19 082 842	24 620 090
Volume de negócios		263 409 623	261 629 754
Subsídios à exploração	18	390 634	150 891
Variação nos inventários da produção	19	2 211 036	-431 188
Trabalhos para a própria entidade		5 940	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-93 370 562	-75 273 539
Fornecimentos e serviços externos	21	-96 788 894	-94 047 850
Gastos com o pessoal	22	-36 179 725	-35 661 936
Perdas por imparidade	8; 25	-3 916 183	-1 790 877
Provisões	25	67 027	1 254 201
Reversões	8; 25	1 738 100	2 751 687
Outros rendimentos	23	19 197 445	18 303 628
Ganhos/Perdas em empresas do Grupo	7	25 448	28 997
Outros gastos	24	-14 347 799	-13 867 059
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		42 442 090	63 046 708
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-27 705 453	-27 217 439
Imparidade de ativos depreciaíveis/amortizáveis (perdas)/reversões	7; 25	2 256 828	2 086 826
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 993 465	37 916 095
Juros e rendimentos similares obtidos	26	9 759	198 509
Juros de empresas do grupo	26	-218 957	-325 195
Juros e gastos similares suportados	26	-3 266 350	-5 197 638
Resultado antes de impostos		13 517 917	32 591 771
Imposto corrente	6	-2 987 684	-3 384 677
Imposto diferido	6	-402 506	-6 938 210
Resultado líquido do período		10 127 726	22 268 884

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2024

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	AJUSTAMENTOS PARTES DE CAPITAL	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2024	50 000 000	9 059 079	0	20 611 613	0	111 810 439	23 308 105	214 789 236
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		940 921	-82 116			22 449 299	-23 308 105	0
Subsídios	50 000 000	10 000 000	-82 116	20 611 613	0	134 259 738	0	214 789 236
Impostos diferidos				-3 563 755	0	101 793		-3 563 755
Outras variações no capital próprio				1 032 164	0			1 133 957
				0	0			0
Resultado líquido do período	0	0	0	-2 531 591	0	101 793	0	-2 429 799
Resultado integral							22 268 884	22 268 884
								19 839 085
Posição no fim do período 2024	50 000 000	10 000 000	-82 116	18 080 022	0	134 361 531	22 268 884	234 628 321

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2025

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	AJUSTAMENTOS PARTES DE CAPITAL	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2025	50 000 000	10 000 000	-82 116	18 080 022	0	134 361 531	22 268 884	234 628 321
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		0	28 997			22 239 887	-22 268 884	0
Subsídios	50 000 000	10 000 000	-53 119	18 080 022	0	156 601 418	0	234 628 321
Impostos diferidos				-4 834 544	0	68 652		-4 834 544
Outras variações no capital próprio				1 479 472	0			1 548 124
				0	0			0
Resultado líquido do período	0	0	0	-3 355 071	0	68 652	0	-3 286 419
Resultado integral							10 127 726	10 127 726
								6 841 307
Posição no fim do período 2025	50 000 000	10 000 000	-53 119	14 724 950	0	156 670 070	10 127 726	241 469 627

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	289 809 075	287 119 173
Pagamentos a fornecedores	-208 580 647	-196 684 125
Pagamentos ao pessoal	-34 818 920	-35 319 528
Caixa gerada pelas operações	46 409 508	55 115 520
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-11 547 654	-49 627
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-11 861 897	-4 326 343
	22 999 957	50 739 550
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	22 999 957	50 739 550
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-9 063 337	-11 138 740
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	-281 009	
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	-847 562	-10 191 908
		-4 929 134
		-16 067 874
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		307 466
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	344 474	4 280 660
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		344 474
		4 588 127
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-9 847 434	-11 479 747
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	37 000 000	168 750 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Juros e rendimentos similares	9 759	200 671
Outras operações de financiamento	8 800 000	168 950 671
		45 809 759
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-48 637 187	-211 797 619
Juros e gastos similares	-2 429 006	-2 185 403
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	-8 750 000	-59 816 193
		-14 194 066
		-228 177 088
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-14 006 435	-59 226 417
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-853 912	-19 966 614
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 4)	17 702 071	37 668 685
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 4)	16 848 159	17 702 071

V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 2025.12.31

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL - PORTELA & Cª, SA tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede e instalações fabris no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2026.03.12.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, justificadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

As demonstrações financeiras da BIAL - Portela & CA., S.A. são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa-mãe, BIAL Holding, S.A., nas quais as sociedades referidas na Nota 29 são também incluídas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

• As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

A empresa adotou como custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente, na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Os ganhos resultantes da revalorização efetuada em 1 de janeiro de 2009 encontram-se refletidos em "outras reservas" devido ao facto de se tratar da adoção de um custo (custo considerado) na data de transição para as NCRF.

Subsequentemente, a empresa decidiu manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

	2025	% anual
Edifícios e outras construções	2%	6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%	20%, 25%
Equipamento de transporte	20%	e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%	17%

	2024	% anual
Edifícios e outras construções	2%	6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%	20%, 25%
Equipamento de transporte	20%	e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%	17%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição e apenas são amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

Os bens de valor inferior a € 1 000 são totalmente amortizados no próprio exercício de aquisição.

Imparidade

A empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a empresa estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos o custo de vender e o seu valor de uso) e reconhece a imparidade nos resultados do exercício sempre que a quantia recuperável

for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o preço do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

b) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do rendimento ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos as amortizações e as perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Até 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não foram amortizados, embora testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade. A partir de 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, são amortizados, no máximo, em dez anos e testados anualmente quanto à imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar to-



talmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento.....	5%
Software-validações.....	33.33%
Propriedade industrial.....	5% - 33.33%

Encontram-se classificados como ativos, os projetos de desenvolvimento BIA2 (medicamento antiepilético) e BIA9 (medicamento para a doença de Parkinson). Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "gastos/reversões de depreciação e amortização".

A amortização do Aptiom/Zebinix (despesas de investigação e desenvolvimento, respetivamente, para os EUA e Europa do medicamento antiepilético) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

b.1) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando BIAL pode demonstrar:

- a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e

outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.

f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de "projetos de desenvolvimento" inclui:

- O investimento no BIA-2 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a "monoterapia" pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a "pediatria" para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.
- O investimento no medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de *licensing-out* celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália. Em 2023 destaca-se a substituição do distribuidor nos EUA.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

Os gastos com o pessoal afeto aos projetos de desenvolvimento não são capitalizados.

b.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

b.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidos os gastos com as patentes registadas em nome de BIAL-Portela & Cª, S.A., relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

Sendo a mais relevante a licença da Apomorfina (Kynmobi).

b.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades externas.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas reconhecidas como ativo, com vida indefinida, são amortizadas.

c) Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

São valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial os investimentos em todas as subsidiárias (definindo-se como tal as entidades nas quais BIAL exerce controlo), associadas (definindo-se como tal as entidades nas quais BIAL exerça uma influência significativa) e empreendimentos conjuntos (definindo-se como tal as atividades económicas desenvolvidas em parceria com outras empresas, sujeitas a controlo conjunto, mediante um acordo contratual).

d) Outros Investimentos financeiros

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

e) Risco financeiro

No Grupo BIAL, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a forne-

cedores de matérias-primas e aos fornecedores que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneio e os investimentos em I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos a que o Grupo BIAL está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo BIAL é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável (ver Nota 31).

f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos pode estar em imparidade, tem em conta dados observáveis que chamam a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um "per si" para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base no risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

f.1) Acionistas

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicá-

vel, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p), sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.3) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos acima.

f.4) Caixa e bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de «Financiamentos obtidos» do balanço.

g) Imposto sobre o rendimento

g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa-mãe, BIAL Holding, S.A. e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 75% do respetivo capital (onde se inclui BIAL-Portela & Cª, S.A.) e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento, são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 1,5 M, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 7,5 M e de 9% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 35 M.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e seis anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomea-

damente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

As diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

De acordo com a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, foi estabelecida uma taxa de IRC de 17%, havendo um regime transitório, no qual o imposto é de 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028. Tendo em consideração estas alterações fiscais, os impostos diferidos ativos foram reavaliados com base nas taxas de imposto que se espera estejam em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas.

h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

- Produtos acabados** - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
- Produtos intermédios** - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
- Produtos e trabalhos em curso** - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
- Matérias-primas** - ao custo de aquisição, lote a lote.
- Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)** - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, im-postos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

l) Rubricas do capital próprio

l.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da BIAL-Portela & C^a, S.A. está realizado.

l.2) Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

l.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais variações de justo valor que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

l.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.

l.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados no capital próprio, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos e ganhos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida:

- No que respeita a subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Em consequência das alterações do SNC o benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é, também, contabilizado em conformidade com a NCRF 27. Tivemos em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros", consoante o caso e como não correntes ou como correntes, seguindo a mesma forma como o financiamento está apresentado no Balanço.

n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos estão mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. As restantes dívidas a pagar estão também mensuradas ao custo amortizado.

n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2025:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0.9292	0.9329
GBP	0.8709	0.8743
USD	1.1706	1.1752
JPY	183.257	183.992
SEK	10.789	10.8323
CAD	1.6041	1.6105

2024:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0.9386	0.9423
GBP	0.828	0.8314
USD	1.0389	1.0431
JPY	162.204	162.855
SEK	11.4233	11.469
CAD	1.493	1.499

p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma, o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável o saldo a receber, é reconhecido como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“milestones”) que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “milestone” é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o guidance da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

q) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

r) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

r.1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

r.2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

s) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados, determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição de ativos intangíveis de projetos de desenvolvimento são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes gastos começa após o início das atividades de desenvolvimento do ativo e é interrompida quando os gastos com o projeto são transferidos de ativo em curso para ativo firme.

t) Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica refere-se à produção interna de medicamentos para uso em ensaios clínicos, sendo capitalizados em ativo intangível por contribuírem para o aumento do montante do projeto de desenvolvimento e são essenciais para testar a eficácia dos novos medicamentos capitalizados. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados, tendo por base a capacidade normal de produção.

u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivativos que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, a empresa segue as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa, ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura é apresentada no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

z) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

a) Reconhecimento de receitas de *licensing-out*

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionados à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“*milestones*”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “*stand-alone value*” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, analisando, por exemplo, se tem a contraparte a experiência interna e competências necessárias para desenvolver o produto candidato à comercialização sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “*milestone*” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir com os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o *milestone* ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do *milestone* ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica (normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento atinge a Fase III de ensaios clínicos) e quando ocorre a existência de contratos de *licensing-out*, constituindo evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

Ou seja, para além do estágio de desenvolvimento (Fase III) para a tomada de decisão de capitalização dos custos é também fundamental a existência de contratos de licenciamento que tornam prováveis a recuperação do valor inscrito no balanço.

Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O medicamento para a doença de Parkinson (ONgentys) encontra-se licenciado para o Japão desde 2013, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça iniciou-se em 2020. Em 2022 iniciou-se a comercialização na Austrália.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área da neurociência, em 2022 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL iniciou a sua comercialização em 2024 na Alemanha e em 2025 em Portugal, Espanha e Itália.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que BIAL opera. Ver ponto 3.1 a).

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido considerada para a sua determinação a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

De acordo com a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, foi estabelecida uma taxa de IRC de 17%, havendo um regime transitório, no qual o imposto é de 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028. Tendo em consideração estas alterações fiscais, os impostos diferidos ativos foram reavaliados com base nas taxas de imposto que se espera estejam em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, foi necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/*milestones* do BIA 28, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor, menos o custo de vender, é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades em que não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1 f).

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2025	2024
Numerário	22.530	20.978
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16.825.629	17.681.093
Disponibilidades constantes do balanço	16.848.159	17.702.071
Caixa e seus equivalentes	16.848.159	17.702.071

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M, não utilizados à data de 2025.12.31.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

6. Imposto sobre lucros

A BIAL – Portela & Cª, S.A. é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS"), o qual é liderado pela BIAL Holding, S.A.. As entidades que fazem parte do perímetro fiscal em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

- Bial – Portela & Cª, S.A.
- Bial Holding S.A.
- Bial R&D Investments S.A.
- Bial Consumer Health S.A.
- Bialport - Produtos Farmacêuticos S.A.
- Interbial - Produtos Farmacêuticos S.A.
- Medibial - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2022 a 2025, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

São reconhecidos impostos diferidos, cujo apuramento se resume a seguir:

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Saldo 31 de dezembro de 2024				
Reavaliação livre de terrenos -Portugal	6.583.250	0	-1.375.679	-1.375.679
Ajustamentos e provisões – Portugal (a)	11.949.535	2.569.148	0	2.569.148
Instrumentos financeiros	0	0	0	0
Créditos fiscais – Portugal (b)	39.302.962	39.302.962	0	39.302.962
		41.872.110	-1.375.679	40.496.431
Movimento do ano, líquido				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões- Portugal (a)	-1.871.652	-253.807	0	-253.807
Alteração taxa de IRC (c)		-148.700	0	-148.700
Subtotal (1)		-402.506	0	-402.506
Sem impacto na DR				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	0	0	68.652	68.652
Subtotal (2)		0	68.652	68.652
Total (1)+(2)		-402.506	68.652	-333.854
Saldo 31 de dezembro de 2025				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	6.583.250	0	-1.307.027	-1.307.027
Ajustamentos e provisões - Portugal (a)	10.077.883	2.166.642	0	2.166.642
Instrumentos financeiros	0	0	0	0
Créditos fiscais – Portugal (b)	39.302.962	39.302.962	0	39.302.962
		41.469.604	-1.307.027	40.162.577

- a) A redução mais significativa resulta da reversão da perda por imparidade relativa ao BIA 2. Adicionalmente, foi constituído imposto diferido para as imparidades de outras contas a receber, inventários e provisões.
- b) Os créditos fiscais ativos são referentes ao benefício fiscal SIFIDE.
- c) O montante mencionado na alteração da taxa de IRC é referente à reavaliação dos impostos diferidos ativos com base nas taxas de imposto que se espera estejam em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas – 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente		Montante
Imposto corrente:		
Resultado antes de impostos		13.517.917
Diferenças permanentes		91.830
Diferenças temporárias		-1.247.990
Resultado tributável		12.361.756
Utilização de prejuízos fiscais		0
Matéria Coletável		12.361.756
Taxa de imposto		0,20
	Coleta	2.472.351
Derrama estadual		423.088
	Coleta total	2.895.439
Utilização de crédito fiscal - SIFIDE		-363.088
Tributações autónomas e derrama		455.332
	(I) Imposto corrente	2.987.683
Imposto diferido:		
Movimento no período		402.506
	(II) Imposto diferido	402.506
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	3.390.191

A empresa está a limitar o consumo de créditos fiscais ao máximo que pode ser utilizado ao nível do RETGS.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revis-
tos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os
mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais existentes
(em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2016	7.958	2026
SIFIDE	2017	7.362	2027
SIFIDE	2018	9.485	2028
SIFIDE	2019	6.854	2029
SIFIDE	2020	5.441	2029
SIFIDE	2021	7.751	2029
SIFIDE	2022	4.383	2030
SIFIDE (*)	2023	10.701	2031
TOTAL		59.934	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2025, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no
montante de € 60 M, a que correspondem impostos diferidos ativos
potenciais no mesmo montante. Deste valor, encontram-se aprova-
dos pela Comissão Certificadora o montante de € 49,2 M. No entanto,
apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de €
39,3 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao
prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador).

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos)

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas
amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

a) Ativo bruto

2025				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.358.625			12.358.625
Edifícios e outras construções	43.114.702	113.967	-61.582	43.167.086
Equipamento básico	47.080.183	287.238	1.274.366	48.641.787
Equipamento de transporte	129.679		-117.790	11.889
Equipamento administrativo	13.646.387	166.588	210.992	14.023.967
Outros ativos fixos tangíveis	1.819.439	18.411	-710	1.837.140
Imobilizações em curso	1.775.598	2 234.885	-1.544.049	2.466.434
Adiantamentos a fornecedores de investimento	161.583	180 498	-342.081	0
	120.086.197	3.001.586	-580.855	122.506.928
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	350.326.337	61.699		350.388.036
Propriedade industrial	47.268.365	1.707.761	-31.327	48.944.799
Outros ativos intangíveis	4.518.610	193.184	350.769	5.062.563
Ativos intangíveis em curso	2.065.333	904.726	-664.425	2.305.634
	404.178.645	2.867.371	-344.983	406.701.033
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo				
Partes de capital em outras empresas	114.820	2.888.765		3.003.585
Outras aplicações financeiras	124.520			124.520
	239.341	2.888.765		3.128.106
TOTAIS	524.504.183	8.757.722	-925.838	532.336.067

O investimento no ativo fixo tangível, em 2025, ascendeu a € 3 M, sen-
do os montantes mais relevantes relativos ao Parque de Desportos (€

0,5M) e equipamento produtivo (€ 0,2M).

Os aumentos no ativo intangível incluem, essencialmente, investimento de cerca de € 0,5 M em Propriedade Industrial no medicamento para a doença de Parkinson (Ongentys), de € 1 M relativos ao acordo de licenciamento da apomorfina, com o início da comercialização em Portugal, Espanha e Itália (ver nota 3).

As Partes de Capital em outras empresas são constituídas pelos seguintes investimentos:

- €2 888 765 no Fundo de Investimento Biovance, novo fundo de biotecnologia, que é detido pela Biovance Capital, o principal investidor na área da saúde em Portugal. De referir, que esta participação se encontra registada ao justo valor (variação no exercício negativa de € 111K) e a 2025.12.31 apresenta um passivo associado de € 2,7M;
- € 24 940 no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET);
- € 49 880 na Escola de Gestão do Porto (EGP), atual Porto Business School;
- € 15 000 na COTEC Portugal
- € 25 000 Fundação AEP

A diminuição em “Outras Aplicações Financeiras” ao resgate das verbas relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor.

2024				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.358.625			12.358.625
Edifícios e outras construções	35.466.150	171.636	7.476.916	43.114.702
Equipamento básico	42.974.065	939.231	3.166.887	47.080.183
Equipamento de transporte	129.679			129.679
Equipamento administrativo	13.432.730	213.919	-261	13.646.387
Outros ativos fixos tangíveis	1.787.669	50.386	-18.616	1.819.439
Imobilizações em curso	11.140.545	1.746.651	-11.111.598	1.775.598
Adiantamentos a fornecedores de investimento	632.551	230.214	-701.182	161.583
	117.922.015	3.352.037	-1.187.855	120.086.197
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	350.108.757	217.580		350.326.337
Propriedade industrial	38.351.212	917.153	8.000.000	47.268.365
Outros ativos intangíveis	2.918.732	271.846	1.328.031	4.518.610
Ativos intangíveis em curso	8.986.511	1.305.727	-8.226.950	2.065.333
	400.365.212	2.712.306	1.101.126	404.178.645
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	128.173	100.488	-228.660	0
Partes de capital em outras empresas	114.820			114.820
Outras aplicações financeiras	357.227		-232.706	124.520
	600.219	100.488	-461.366	239.341
TOTAIS	518.887.446	6.164.832	-548.095	524.504.183

b) Depreciações

RUBRICAS	2025			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	19.175.026	1.021.993	-140.543	20.056.476
Equipamento básico	26.078.263	1.744.722	-67.972	27.755.014
Equipamento de transporte	122.437	2.680	-117.790	7.327
Equipamento administrativo	12.603.506	1.381.746	-18.532	13.966.719
Outros ativos fixos tangíveis	1.521.176	24.912		1.546.089
	59.500.409	4.176.053	-344.837	63.331.626
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	225.538.869	21.166.212		246.705.081
Propriedade industrial	36.742.938	2.363.188	-31.327	39.074.799
Outros ativos intangíveis	496.509			496.509
	262.778.316	23.529.400	-31.327	286.276.389
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	322.278.725	27.705.453	-376.164	349.608.014

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5.379.628, € 7.339.879 e € 2 146 461, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3.969.629), cuja comercialização se iniciou em 2016.



2024				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	18.133.153	1.048.549	-6.676	19.175.027
Equipamento básico	24.540.743	1.617.748	-80.228	26.078.263
Equipamento de transporte	119.757	2.680		122.437
Equipamento administrativo	11.262.928	1.350.221	-9.643	12.603.506
Outros ativos fixos tangíveis	1.502.429	23.610	-4.863	1.521.176
	55.559.010	4.042.809	-101.410	59.500.409
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	204.378.845	21.160.024		225.538.869
Propriedade industrial	34.728.331	2.014.607		36.742.938
Outros ativos intangíveis	496.509			496.509
	239.603.685	23.174.631	0	262.778.316
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	295.162.695	27.217.439	-101.410	322.278.725

c) Imparidades em ativos intangíveis

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	UTILIZAÇÃO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento - Bia 2	9.101.074			2.275.268	6.825.806
Outros	2.035.797	18.440	-528.100		1.526.138
TOTAL	11.136.871	18.440	-528.100	2.275.268	8.351.944

Encontram-se registadas perdas por imparidade de € 3 480 657 e € 3 345 148 relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto – 8,8% (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para três anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

d) Participações financeiras

As Participações financeiras encontram-se assim distribuídas:

Sociedade	Sede	Participação	Capital Próprio	Resultado em 2025	Valor de Balanço 2025	Valor de Balanço 2024
Bial Angola	Angola	33%	AKZ -149.219.453	AKZ 56.476.154	0	0
TOTAL					0	0

Os movimentos em investimentos financeiros empresas do grupo foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2025	0
Aplicação do método da equivalência patrimonial - perda Bial-Angola	25.448
Provisão	-25.448
Total	0

O montante da provisão relativa ao investimento financeiro de Bial Angola a 2025.12.31 é de € 46.042 (2024: 71.490).

e) Outra informação

Os ativos fixos tangíveis estão totalmente afetos à produção, comercialização e promoção de especialidades farmacêuticas, atividade a que a empresa se dedica. O valor de ativos tangíveis em poder de terceiros é nulo e não há ativos tangíveis localizados no estrangeiro.

8. Imparidades (Ativos correntes)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço (nota 25)	Reversão (nota 25)	Saldo Final
Existências:				
Matérias-primas	504.655	535.119	-46.229	993.545
Mercadorias	180.521	633.072	-140.070	673.523
Produtos e trabalhos em curso	1.070.499	206.428	-812.638	464.289
Produtos acabados e intermédios	284.581	97.298	-229.716	152.163
Subtotal	2.040.256	1.471.916	-1.228.652	2.283.519
Dívidas de Terceiros:				
Clientes c/c	1.345.723	2.085.247	-509.448	2.921.522
Outros créditos a receber	6.150	359.021	0	365.171
Subtotal	1.351.873	2.444.268	-509.448	3.286.693
TOTAL	3.392.129	3.916.183	-1.738.100	5.570.212

9. Outros créditos a receber

	2025	2024
Acréscimos de rendimentos	2.638.239	9.319.334
Empresas do grupo (nota 29)	3.808.397	1.749.964
Adiantamentos a fornecedores	262.850	259.490
Cauções	390.000	390.000
Outros	697.166	1.341.472
Curto prazo	7.796.652	13.060.261

Está constituída uma imparidade de € 365.171 (2024: € 6.150).

A rubrica acréscimos de rendimento inclui € 1,3 M relativos a penalidade contratual decorrente do não cumprimento das quantidades mínimas de compra por parte de um parceiro em 2025, acréscimo de rendimentos de fees referentes a promoção de medicamentos de 2025 no valor de € 0,6 M para entidades terceiras (2024: € 1,9 M), bem como € 0,6 M relativos a ajustamentos de reconciliação de preços de 2025 (€ 3,2 M em 2024).

10. Clientes

	2025	2024
Médio e longo prazo:		
BIAL SA	600.000	1.200.000
BIAL Itália	3.210.946*	4.543.178*
	3.810.946	5.743.178
Curto prazo:		
Clientes armazenistas	10.173.599	556.913
Clientes laboratórios	5.215.888	3.016.898
Clientes estrangeiros	23.485.923	24.847.162
Clientes hospitalares, clínicas e outros	9.640	42.959
Clientes Grupo	42.881.490	42.849.155
	81.766.540	71.313.086
Total sem imparidade	85.577.486	77.056.264
Total Clientes	82.655.965	75.710.541

*Saldo ao custo amortizado com uma taxa de desconto de 2,89% (2024: 3,15%)

A empresa dispõe de dois contratos de factoring sem recurso, ao abrigo dos quais, em 2024 foram adiantados € 8,4 M, em 2025 não foram utilizados.

Está constituída uma imparidade de € 2 921 522 relativamente a clientes (2024: €1 345 723). Ver nota 8.

Encontra-se registado o valor a receber referente ao licenciamento do ONgentys para os mercados suíço e italiano, licenciamento válido pelo prazo de 20 anos, com os seguintes planos de pagamento (em €):

	2026	2027	2028
BIAL SA	600.000	600.000	
BIAL Itália	1.500.000	1.500.000	2.000.000
	2.100.000	2.100.000	2.000.000

11. Estado e outros entes públicos

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	0	0	0	0
IRS	0	511.283	0	670.001
IVA	1.271.086	1.183.931	219.904	173.128
Segurança Social	0	608.377	0	708.606
Outros	0	84.485	0	104.196
TOTAL	1.271.086	2.388.075	219.904	1.655.931

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

12. Gastos a reconhecer

Na rubrica de gastos a reconhecer encontram-se registados diversos valores já pagos, mas referentes ao exercício de 2026.

13. Financiamentos obtidos

	Curto Prazo 2025	Médio Longo Prazo 2025	TOTAL 2025	TOTAL 2024
Financiamentos bancários	6.766.670	3.333.334	10.100.004	18.188.912
Empréstimos empresas do Grupo		5.000.000	5.000.000	6.450.000
Empréstimo obrigacionista	33.214.286	35.357.143	68.571.429	71.785.715
Subsídios reembolsáveis	294.586	5.442.170	5.736.756	9.416.475
TOTAL	40.275.542	49.132.647	89.408.189	105.841.102

A empresa termina o ano com uma posição global de € 68.571.429 em empréstimos obrigacionistas, cuja maturidade se divide em € 33.214.286 dívida de curto prazo e € 35.357.143 de dívida de médio e longo prazo.

Relativamente aos Financiamentos bancários, a dívida decompõe-se em € 6.766.670 de mútuos, com vencimento em 2026 e, € 3.333.334 em mútuos, com vencimento em 2027.

A empresa é, também, Emitente de uma linha de papel comercial sem utilização, no valor total de € 12.500.000 e, Emitente de outras linhas de papel comercial, grupadas e sem utilização no termo do ano, no valor total de € 48.500.000.

As principais garantias e condições dos contratos com os bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 33.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

A maturidade dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo é a seguinte:

	Financiamentos Bancários	Empréstimos empresas do Grupo (nota29)	Empréstimo obrigacionista	Subsídios reembolsáveis	TOTAL
2026	6.766.670		33.214.286	294.586	40.275.542
2027	3.333.334		3.214.286	1.348.251	7.895.871
2028			3.214.286	3.457.658	6.671.944
2029-2030		5.000.000	28.928.571	636.261	34.564.832
TOTAL	10.100.004	5.000.000	68.571.429	5.736.756	89.408.189

14. Fornecedores

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

Os saldos com empresas do grupo a 2025.12.31 ascendem a € 23.386.901 (ver nota 29).

15. Outras dívidas a pagar

	2025	2024
Médio e longo prazo:		
Subsídios - imposto diferido a pagar	3.472.381	4.951.853
Curto prazo:		
Empresas do Grupo (nota 29)	4.922.678	13.843.879
Remunerações a liquidar	6.873.282	6.864.862
Juros a liquidar	2.000.779	1.490.347
Outros acréscimos de gastos	12.549.002	13.119.859
Outras dívidas a pagar	591.156	906.200
Subtotal	26.936.897	36.225.147
TOTAL	30.409.277	41.177.001

São registados em “Outras Dívidas a Pagar”, os impostos diferidos passivos, calculados sobre subsídios não reembolsáveis, de acordo com FAQ da CNC.

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:

- documentos datados de 2026 relativos a gastos ocorridos em 2025 num total de € 1 M (2024: € 0,9 M);
- montantes relativos a *sick funds** e *pharmaceutical fees*, cerca de € 2,8 M (2024: € 3,8 M), assim como valor a pagar no âmbito das vendas de produtos licenciados por terceiros (inlicensing) de € 7,3 M (2024: € 6,1 M).

*Descontos acordados com entidades que fazem garantir o acesso mais fácil e económico a Zebinix por parte do utente, no mercado alemão.

16. Capital Subscrito

O capital subscrito de BIAL - Portela & Cª, SA está representado por 10.000.000 ações ao portador de valor nominal de 5 euros, estando integralmente realizado.

Em 2012, o capital subscrito foi aumentado de € 43.500.000 para € 50.000.000 por escritura pública realizada em 8 de janeiro de 2012.

À data de 31.12.2025, a BIAL Holding, S.A. detém 100% do Capital.

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 10.127.726,33

seja afeto a:

- Critério da equivalência patrimonial aplicado às subsidiárias 25.447,97
- Resultados transitados 10 102 278,36

17. Vendas e serviços prestados

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços distribui-se como segue:

	2025	2024
Mercado interno	123.180.119	101.272.752
- Vendas	105.783.468	82.294.266
- Prestação de serviços	17.396.651	18.978.486
Mercado externo	140.229.504	160.357.002
- Vendas	138.543.313	154.715.398
- Prestação de serviços	1.686.192	5.641.604
TOTAL	263.409.623	261.269.754

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

No mercado externo, em 2024, a Prestação de Serviços diz essencialmente respeito à cobrança de *royalties* e *milestone* à Novipharma (Nota 29).

18. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no projeto 179728 (despesas do período 2021.08.01 a 2023.12.31) no âmbito do Portugal 2030 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos.

19. Demonstração da variação da produção

MOVIMENTOS	PROD. ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL	2024
Existências finais	7.655.526	4.987.570	12.643.096	11.490.622
Regularização de existências	518.652	539.909	1.058.562	633.177
Existências iniciais	-7.754.838	-3.735.784	-11.490.622	-12.554.987
Aumento/(Redução) no ano	419.341	1.791.695	2.211.036	-431.188



20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2024
Existências iniciais	73.591.252	6.512.484	80.103.737	79.221.779
Compras	37.439.354	56.003.100	93.442.453	76.756.472
Regularização de existências	-17.090	-491.130	-508.220	-601.141
Existências finais	-69.418.012	-10.249.397	-79.667.408	-80.103.571
Custos no exercício	41.595.504	51.775.057	93.370.562	75.273.539

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2025, é de € 27.265.266 (2024: € 11.400.044).

21. Fornecimentos e serviços externos

	2025	2024
Trabalhos especializados (ver nota 29)	68.438.803	65.686.322
Publicidade e propaganda	9.341.089	7.993.678
Honorários	4.075.493	4.826.979
Subcontratos	2.605.182	3.427.790
Outros	2.489.226	2.475.745
Rendas e alugueres (ver nota 30)	2.327.528	2.199.487
Deslocações e estadas	1.833.919	1.914.085
Conservação e reparação	1.204.033	1.180.759
Combustíveis	997.375	956.230
Transportes de mercadorias	862.412	767.605
Materiais	841.997	789.946
Comissões	832.908	874.700
Electricidade	597.723	645.611
Seguros	122.538	85.612
Comunicação	113.912	122.444
Royalties	104.754	100.859
TOTAL	96.788.894	94.047.850

O valor de trabalhos especializados decorre essencialmente das atividades de I&D.

O valor relativo a partes relacionadas ascendeu a € 35 409 891 (ver nota 29).

A redução da subcontratação resulta da diminuição das quantidades subcontratadas.

22. Gastos com o pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	3.591.289	3.510.927
Remunerações do pessoal	24.557.110	24.223.834
Encargos sociais	5.898.211	5.649.294
Indemnizações	330.454	700.676
Outros gastos com pessoal	1.802.660	1.577.205
TOTAL	36.179.725	35.661.936

O número médio de empregados em 2025 foi de 398 (2024: 385).
Em 31.12.2025 o número de empregados era de 401 (2024: 388).

23. Outros rendimentos

	2025	2024
Rendimentos suplementares (nota 29)	12.359.452	10.310.698
Descontos p.p. obtidos	2.065	12.621
Diferenças de câmbio favoráveis	811.695	3.672.307
Imputação de subsídios para investimentos	3.281.592	3.643.239
Excesso da estimativa para impostos	0	260.326
Vendas de imobilizado	19.045	2.200
Outros	2.723.597	402.237
TOTAL	19.197.445	18.303.628

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

A rubrica Outros inclui € 1,3 M referente a uma penalidade contratual decorrente do não cumprimento das quantidades mínimas de compra por parte de um parceiro em 2025 e € 0,8 M relativos a juros de mora faturados a um cliente por atraso de pagamento.

24. Outros gastos

	2025	2024
Impostos	3.722.816	2.844.379
Donativos	2.560.019	4.499.079
Multas e penalidades	86.106	10.005
Despesas de propriedade industrial	861.547	890.849
Diferenças cambiais	3.172.132	2.990.527
Perdas em inventários	1.685.214	884.120
Descontos de p.p. concedidos	716.777	379.735
Correções relativas a exercícios anteriores	506.187	137.188
Ofertas e amostras de inventários	286.686	271.673
Quotizações	297.866	228.788
Insuficiência de estimativa para imposto	27.046	134.120
Menos Valia Venda Investimentos Financeiros	0	147.959
Gastos suportados com dupla tributação	141.507	78.863
Outros	283.897	369.772
TOTAL	14.347.799	13.867.059

Do total do montante incluído em Impostos, € 3,6 M são referentes à cobrança da taxa da Indústria Farmacêutica.

Já nos Donativos, incluem-se principalmente os donativos efetuados à Fundação BIAL.

As “Perdas em inventários” dizem respeito à destruição inventário para o qual não existe expectativa de comercialização futura.

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões

	2025	2024
Imparidade para inventários (nota 8)	-1.471.915	-1.422.067
Imparidade para clientes (nota 8)	-2.085.247	-362.661
Imparidade para outros devedores (nota 8)	-359.021	-6.150
Perdas por imparidade	-3.916.183	-1.790.877
Reversão para BIA 2 (nota 7)	2.275.268	2.275.268
Reversão Outros	0	150.501
Imparidade Outros	-18.440	-338.943
Ativos depreciables/amortizáveis	2.256.828	2.086.826
Outras provisões	-18.000	-70.000
Reversão outras provisões	70.000	1.248.378
Reversão da provisão para devolução de clientes	15.027	75.823
Provisões	67.027	1.254.201
Reversão da imparidade para inventários (nota 8)	1.228.652	2.590.430
Reversão da imparidade para clientes (nota 8)	509.448	127.149
Reversão da imparidade para outros devedores (nota 8)	0	34.108
Reversões	1.738.100	2.751.687

O total da provisão para devolução de clientes, registada no balanço, à data de 2025.12.31, ascende a € 449.930 (2024: € 464.957).

26. Juros e rendimentos/gastos similares

	2025	2024
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	2.949.172	4.888.559
Outros gastos financeiros Grupo (Nota 29)	401.328	450.704
Outros custos e perdas financeiros	317.177	309.079
	3.667.678	5.648.341
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	9.759	198.509
Outros ganhos financeiros Grupo (Nota 29)	182.371	125.509
	192.130	324.018
Resultados financeiros	-3.475.548	-5.324.324

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7.957.819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7.361.819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9.484.841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6.853.788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5.441.454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	7.750.749
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	4.382.917
- Crédito fiscal de 2023 de investigação e desenvolvimento	10.700.740
Saldo a Transitar	59.934.128

O crédito fiscal de 2023 está pendente de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento

A empresa registou o seguinte investimento em investigação e desenvolvimento:

	2025	2024
Projetos de I&D (ativo intangível)	665.398	1.393.524
Ativo tangível	277.164	996.965
Investimentos financeiros	3.000.000	0
Gastos com pessoal	9.023.599	9.568.250
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	26.196.213	26.358.673
Outros Gastos	598.458	603.448
Investimento total	39.760.832	38.920.860

A empresa apresenta os seguintes ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2025	2024
Outros rendimentos (Empresas do grupo – BIA28)	5.848.427	2.854.354
Prestação de serviços (milestones) – BIA 9	200.000	3.870.000
Total	6.048.427	6.724.354

A empresa registou adicionalmente, as seguintes amortizações e Imparidades/(Reversões) relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2025	2024
Amortizações (Projetos de desenvolvimento - Nota 7)	21.166.212	21.160.024
Imparidade / (Reversão) – BIA2 (Nota 25)	-2.275.268	-2.275.268
Imparidade / (Reversão) – BIA5 (Nota 25)	0	-25.952
Imparidade / (Reversão) – BIA12, BIA19 e BIA 25 (Nota 25)	0	-124.549
(Imparidade) / Reversão para BIA21 (Nota 25)	0	53.943
Investimento total	18.890.944	18.788.198

29. Saldos e transações com empresas do grupo

DESCRIÇÃO	SALDOS DE BALANÇO									
	Clientes		Fornecedores		Outros créditos a receber		Outras dívidas a pagar		Financiamentos obtidos	
EMPRESA	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
MediBIAL	14.298	191.073	500.000	300.000	629	3.727	11.998	282.901	-	-
BIALport	13.591	894.945	800.000	1.200.763	0	33.865	100.678	368.218	-	-
InterBIAL	12.686	213.776	600.000	309.717	0	21.704	74.860	492.146	-	-
BIAL Consumer Health	208	2.291	45.997	25.876	140	1.804	9.184	11.704	-	-
BIAL Holding	395	1.656	402.394	4.149.587	0	1.094	2.925.244	11.458.932	5.000.000	6.450.000
BIAL RD	6.445.993	4.379.036	0		3.446.819	1.538.392	0	0	-	-
BIAL Espanha	7.536.862	12.467.734	2.764.287	5.390.042	29.477	0	1.529.332	1.028.028	-	-
Novipharma	14.047.693	10.179.260	15.593.500	8.941.970	0	0	192.782	148.257	-	-
BIAL Itália	16.210.649	16.193.110	981.050	737.594	76.056	0	31.166	45.830	-	-
BIAL UK	0	654.408	577.497	537.487	12.901	0	0	0	-	-
BIAL DE	98.919	662.132	1.090.955	946.198	149.337	10.226	0	0	-	-
Bial SA	2.311.142	2.752.912	31.220	53.523	7.414	0	10.938	7.862	-	-
BIAL Biotech	0	0	0	187.470	14.384	0	0	0	-	-
BIAL Angola	0	0	0		71.240	139.152	0	0	-	-
BIAL América Latina	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
Medimport	0		0	0	0	0	0	-	-	-
Total saldos do grupo	46.692.436	48.592.332	23.386.901	22.780.228	3.808.397	1.749.964	4.922.678	13.843.879	5.000.000	6.450.000
Total da Rubrica	82.655.965	75.710.540	52.528.228	44.417.923	7.796.652	13.060.261	30.409.277	41.177.001	89.408.189	105.841.102

Parte do saldo de clientes de Bial Itália e Bial S.A. é de médio longo prazo (nota 10).
O empréstimo da BIAL Holding, S.A. é remunerado às condições de mercado à data.

RUBRICAS	TRANSAÇÕES							
	Vendas		Serviços prestados		Juros e rendimentos financeiros empresas Grupo		Outros rendimentos e ganhos	
EMPRESA	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Bial Holding	0	0	0	0	0	0	61.499	12.565
MediBIAL	0	0	0	0	0	0	233.058	220.317
BIALport	0	0	0	0	0	0	410.612	378.710
InterBIAL	0	0	0	0	0	0	264.485	262.054
BIAL Consumer Health	0	0	0	0	0	0	28.381	22.622
BIAL RD	0	0	0	14.603	14.603	2.401.798	5.848.427	1.667.253
BIAL Itália	10.364.560	7.997.661	0	0	167.768	88.914	1.434.317	1.542.961
BIAL Espanha	35.407.020	38.115.072	0	0	0	0	2.696.416	3.161.551
Novipharma	5.968.576	2.691.146	1.362.530	5.555.288	0	0	56.032	72.698
Bial SA (Suíça)	1.129.964	1.134.707	0	0	0	0	313.185	362.480
BIAL UK	0	0	0	0	0	352.870	352.870	547.321
BIAL DE	127.851	142.944	0	0	0	542.553	542.553	974.706
BIAL Angola	0	0	0	0	0	0	0	0
BIAL América Lat.	0	0	0	0	0	0	0	0
Medimport	0	2.748.818	0	0	0	0	0	0
Total Emp. Grupo	52.997.971	52.830.348	1.362.530	5.555.288	182.371	125.509	12.012.310	9.910.578
Total da Rubrica	244.326.780	237.009.664	19.082.842	24.620.090	192.130	324.018	19.197.445	18.303.628

RUBRICAS	TRANSAÇÕES							
	Fornecimentos e serviços externos		Compras		Juros e gastos financeiros empresas Grupo		Outros gastos e perdas	
EMPRESA	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
MediBIAL	2.100.959	1.943.011	0	0	0	0	0	0
BIALport	3.599.156	3.195.690	0	0	0	0	0	0
InterBIAL	2.517.817	2.609.250	0	0	0	0	0	0
BIAL Consumer Health	238.111	146.283	0	0	0	0	0	0
BIAL Holding	850.675	852.883	0	0	401.328	446.974	0	0
BIAL Espanha	6.012.918	4.810.817	0	0	0	0	577.998	559.208
BIAL Itália	1.426.818	1.428.633	9 206	0	0	0	0	0
Novipharma	60.000	60.000	17 079 287	8.404.609	0	0	0	0
Bial SA (Suíça)	119.065	208.786	0	0	0	0	0	0
BIAL DE	11.578.877	11.396.578	0	0	0	0	0	0
BIAL UK	5.472.382	5.357.954	0	0	0	0	0	0
Medimport	0	0	0	0	0	0	0	0
BIAL Angola	907.960	1.139.182	0	0	0	0	0	0
BIAL Biotech	525.153	610.734	0	0	0	0	0	0
BIAL RD	0	0	0	0	0	3.730	0	0
BIAL América Lat.	0	105.200	0	0	0	0	0	0
Total Emp. Grupo	35.409.891	33.865.002	17.088.494	8.404.609	401.328	450.704	577.998	559.208
Total da Rubrica	96.788.894	94.047.850	93.442.453	76.756.472	3.667.678	5.648.341	14.347.799	13.867.059

30. Locações

a) Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo.

b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

O valor registado em custos do ano relativo a locações operacionais foi de € 2.003.026 (2024: € 1.906.903).

31. Risco Financeiro

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuarem em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

- Risco de taxa de Juro

A empresa acompanha a evolução das taxas de juro de mercado, efetuando coberturas através de contratação de taxa de juro fixa, sempre que oportuno, com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variação de taxas de juro.

- Risco de câmbio

A empresa está exposta ao risco de câmbio, na medida em que parte das suas receitas e despesas são realizadas em moeda estrangeira.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, mas sem expressão relevante, tal como a seguir indicado:

Fornecedores:

Moeda	Montante
CHF	41.979
GBP	1.988.659
JPY	54.112.100
SEK	150 000
USD	7.212.107

Outras contas a pagar:

Moeda	Montante
CHF	115.641

Outras contas a receber:

Moeda	Montante
GBP	2 995
USD	29.075

Clientes:

Moeda	Montante
USD	14.623.809

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação recolhida internamente (área comercial) e externamente, na qual se define a aprovação do crédito a conceder.

A Direção Financeira efetua o controlo dos *plafonds* estabelecidos.

A empresa tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e tem também políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso os clientes.

É feita uma avaliação de risco dos clientes, nomeadamente recorrendo a ratings de crédito e sempre que exista um risco moderado ou alto é efetuada a contratação de seguro de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos. Num eventual contexto de crise financeira, com maior restrição de acesso ao crédito, e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, Bial pode ficar exposta a este risco.

Outros riscos operacionais

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e comparticipações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de agosto).

Por outro lado, destaca-se a metodologia de determinação de preços de venda ao público, com base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

32. Sustentabilidade

Melhorar a saúde das pessoas, assegurando simultaneamente a proteção do planeta, constitui um objetivo central da BIAL. A empresa desenvolve a sua atividade com foco na redução do impacto ambiental e

na prevenção da poluição, em harmonia com a sua Política de Sustentabilidade Ambiental, estruturada nos eixos estratégicos: Clima, Água, Resíduos e Economia Circular.

O Sistema de Gestão Ambiental da Bial – Portela & Cª, SA encontra-se certificado de acordo com a norma ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), no âmbito da qual definiu objetivos de sustentabilidade ambiental orientados para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a transição para uma mobilidade mais sustentável, a promoção do uso de energias renováveis, a minimização do consumo de água e gestão responsável dos efluentes, bem como a redução e valorização de resíduos, reforçando simultaneamente parcerias com vista à promoção da economia circular.

Em 2025, a empresa deu continuidade à integração dos princípios da economia circular, em conformidade com os requisitos da ESRS E5, com destaque para a eficiência do uso de recursos e a prevenção da geração de resíduos. Neste contexto, foram iniciados projetos orientados para a redução na origem, nomeadamente através da diminuição das gramagens das embalagens, contribuindo para a otimização do consumo de materiais e para a redução do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos produtos.

O indicador associado à produção de resíduos registou, em 2025, um valor de 8,2 g por embalagem produzida, correspondente a um aumento de 2,5% face a 2024, mantendo-se, no entanto, dentro do objetivo estabelecido ($\leq 8,5$ g).

Os custos associados ao tratamento e encaminhamento de resíduos totalizaram € 31.698 (2024: € 19.803).

No âmbito da responsabilidade alargada do produtor, a empresa mantém um vínculo contratual com a VALORMED e com a Novo Verde, entidades responsáveis pela recolha e gestão de embalagens vazias e medicamentos fora de uso nas farmácias. Em 2025, os custos associados à gestão ambiental através da VALORMED e da Novo Verde ascenderam a € 37.294 (2024: € 29.784).

A sustentabilidade constitui um pilar estratégico, sendo a transição climática um tema material, em linha com os princípios da ESRS 1. A estratégia climática assenta na redução dos consumos e aumento da eficiência energética, na inovação tecnológica e digitalização e na descarbonização das fontes de energia, promovendo uma transição eficiente e justa.

Em 2025, a eletricidade consumida teve origem em fontes renováveis, comprovada através de Garantias de Origem, tendo-se registado uma redução de 3% no consumo elétrico face a 2024.

A sustentabilidade permanece um pilar estratégico prioritário, orientando a tomada de decisão e a evolução contínua das operações, com vista à mitigação dos impactos ambientais e à criação de valor sustentável.

33. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas por BIAL - Portela & Cª, SA à data de 2025.12.31:

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10.273
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9.199
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	11.347
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	12.164
Ministry Of Health, MSO	Fornecimento de Medicamentos	2.580
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130.402
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30027	201.237
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75.001
IGIF	Fornecimentos	3.315
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14.964
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	46.431 CHF
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	5.313 CHF
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9.355
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1.406 USD
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	749 USD
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	6.659 USD
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	12.000.000
Ministry Of Health, Mso, Tripoli, L	Fornecimento de Medicamentos	880
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	4.947

34. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

35. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2026.03.13

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MANUELA OSÓRIO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Presidente**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

PIERLUIGI ANTONELLI | **Vogal**

PEDRO GONÇALVES | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**

JASMINE ZHONG | **Vogal**



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Rua Direita de Francos, 165 - 14º
4100-211 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Bial - Portela & Cª, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 420.355.574 euros e um total de capital próprio de 241.469.627 euros, incluindo um resultado líquido de 10.127.726 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Bial - Portela & Cª, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial da Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Portela & Cª, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2025

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal de Bial – Portela & Cª, S.A., vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2025, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativas àquele exercício e apresentadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Em todas essas ocasiões, o Conselho Fiscal teve oportunidade de constatar o profissionalismo, dedicação e forte empenho do Conselho de Administração e dos colaboradores de Bial – Portela & Cª, S.A.

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.), tendo, deste modo, recolhido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização. É de salientar o profissionalismo e cuidado posto no exercício da sua função por parte dos representantes da referida sociedade.

O Conselho Fiscal examinou a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de Bial – Portela & Cª, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025, que evidencia um total de 420.356 milhares de euros e um capital próprio de 241.470 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10.128 milhares de euros, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeite os preceitos legais aplicáveis.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentados, referentes ao exercício de 2025;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido;
- c) Que seja aprovado um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios de Bial – Portela & Cª, S.A.

Trofa, 16 de março de 2026

Patrícia Andrea Bastos Teixeira Lopes Couto Viana

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

Luís Miguel Rodrigues Miranda da Rocha



Bial